

CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO

REGIMILIA RAUTA PASSOS

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

VITÓRIA
2021

REGIMILIA RAUTA PASSOS

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Salesiano, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof^ª Alaísa de Oliveira Siqueira.

VITÓRIA
2021

REGIMILIA RAUTA PASSOS

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Salesiano, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Prof^a Msc. Aláisa de Oliveira Siqueira – Orientador

Prof^a Juliane de Araújo Barroso

Giovana de Siqueira Novaes Buaiz

Dedico este presente estudo as Mulheres em Situação de Rua em especial as entrevistadas que me proporcionaram conhecimento e colaboraram para realização dessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela minha vida, e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

A minha mãe por todas as palavras incentivadoras que sempre encheu meu coração de amor e esperança nos momentos difíceis quando a ela eu recorria para um desabafo.

Aos meus filhos por compreenderem minhas ausências nesses quatro anos enquanto eu me dedicava a essa graduação, em especial minha filha Júlia, que sempre foi meu braço direito, me apoiando, incentivando, suas palavras de otimismo e orgulho não me deixaram desistir, você sonhou esse sonho junto comigo.

A Lilian que jamais me negou apoio, carinho e incentivo. Obrigada, meu amor por aguentar tantas crises de estresse e ansiedade. Com você ao meu lado tudo se torna fácil.

Ao PROUNI, por me proporcionar uma bolsa de estudos integral, me permitindo a realização desse sonho.

As minhas colegas de curso pela oportunidade do convívio e pela cooperação mútua durante estes anos, em especial Fátima por todas as vezes que me socorreu nos momentos de desespero, Bárbara pela companhia no retorno para casa de todos os dias, boas conversas e muitas histórias temos para contar, Escarllat e Priscila pelas trocas de experiências recíprocas.

As minhas supervisoras de campo de estágio, Zuleney Gatti Serpa Melo e Giovana de Siqueira Novaes Buaiz. Vocês me ensinaram muito. Sou eternamente grata.

Aos professores do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Salesiano (UniSales) pelos ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional.

A minha maravilhosa orientadora Alaísa Siqueira por sempre estar presente para indicar a direção correta que o trabalho deveria tomar, as suas valiosas indicações fizeram toda a diferença.

Falar da mulher [...] É compreender que a submissão, por mais sutil que seja, é o resultado de um processo de tal forma brutal, que acaba por impedir a própria vontade de viver dignamente. Ninguém é oprimido, explorado e discriminado porque quer [...].

Maria Amélia de Almeida

RESUMO

O referido Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo geral identificar os desafios enfrentados pelas mulheres em situação de rua, e como objetivos específicos identificar as principais causas que levam as mulheres a estarem em situação de rua, identificar as relações com a família e amigos e identificar as relações com o trabalho. A pesquisa foi realizada no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) Vila Velha, (ES). Para a efetivação deste estudo e também para alcançar seus objetivos específicos, o tipo de pesquisa utilizado foi a exploratória com abordagem qualitativa, visto o interesse de adquirir familiarização e aproximação do tema estudado, aprimorando assim ideias ou até mesmo descobertas do problema em questão, além de que as hipóteses de trabalho qualitativo serem gerais e amplos, emergentes, flexíveis e contextuais. Foram realizadas entrevistas envolvendo 18 (dezoito) mulheres que se encontram em situação de rua e que são acompanhadas pelo Centro POP. Os resultados desta pesquisa possibilitaram identificar que os principais desafios enfrentados pelas mulheres em situação de rua é o medo noturno, a violência, o abuso sexual, o frio, a chuva. Mostrou-nos que as principais causas que levam as mulheres a estarem nas ruas é o rompimento dos vínculos familiares/afetivos e o vício em drogas lícitas e ilícitas. Observamos que a maioria das mulheres vivem nas ruas com um companheiro e relatam encontrar segurança e proteção na figura masculina, dizem não ter amigos nas ruas, só colegas e muitas citam Deus como o único amigo, no que diz as relações com os familiares elas mantém contatos esporádicos, entretanto poucas mulheres possuem expectativas de retomar o convívio familiar. Nas relações com o trabalho identificamos que a principal fonte de renda das mulheres em situação de rua é a reciclagem e a venda de balas e doces, por outro lado, antes dessas mulheres estarem em situação de rua elas trabalhavam em casas de família, padaria, supermercado, posto de gasolina. Por fim, com todas as informações e resultados alcançados, o objetivo principal inicialmente proposto foi corroborado e a pesquisa mostrou-se relevante em vários aspectos como o acadêmico, o pessoal e o social.

Palavras-chave: Mulheres em situação de Rua. Rompimento de vínculos. Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.

ABSTRACT

The aforementioned Course Conclusion Work (TCC) has as a general objective to identify the challenges faced by homeless women, and as specific objectives to identify the main causes that lead women to be homeless, identify the relationships with the family and friends and identify relationships with work. The research was carried out at the Specialized Reference Center for Homeless Population (Centro POP) Vila Velha, (ES). To carry out this study and also to achieve its specific objectives, the type of research used was exploratory with a qualitative approach, given the interest in acquiring familiarization and approximation of the studied topic, thus improving ideas or even discoveries of the problem at hand, in addition to that the qualitative work hypotheses are general and broad, emergent, flexible and contextual. Interviews were carried out involving 15 (fifteen) homeless women who are monitored by the POP Center. The results of this research made it possible to identify that the main challenges faced by homeless women are night fear, violence, sexual abuse, cold, rain. It showed us that the main causes that lead women to be on the streets is the breaking of family/emotional bonds and addiction to legal and illegal drugs. We observed that most women live on the streets with a partner and report finding safety and protection in the male figure, they say they have no friends on the streets, only colleagues and many cite God as their only friend, in terms of relationships with family members they maintain sporadic contacts, however, few women have expectations of resuming family life. In relation to work, we identified that the main source of income for homeless women is recycling and the sale of candy and sweets, on the other hand, before these women were homeless, they worked in family homes, bakeries, supermarket, gas station. Finally, with all the information and results achieved, the main objective initially proposed was corroborated and the research proved to be relevant in several aspects, such as academic, personal and social aspects.

Keywords: Homeless women. Breaking of bonds. Specialized Reference Center for the Homeless Population.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 REFLEXÕES SOBRE A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL.....	15
2.1.1 População em Situação de Rua	21
2.2 DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO	28
2.2.1 Trajetória histórica da mulher na sociedade	32
3 METODOLOGIA	44
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA.....	48
4.1 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA.....	48
4.2 CAMPO DE PESQUISA.....	50
4.3 MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA.....	53
4.3.1 Principais desafios enfrentados pelas mulheres em situação de rua	53
4.3.2 Causas que levam as mulheres a estarem em situação de rua.....	56
4.3.3 Relações com a família e amigos.....	59
4.3.4 Relações com o trabalho.....	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS.....	69
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA COLETA DE DADOS	75
APÊNDICE B – TERMO DE RESPONSABILIDADE UTILIZAÇÃO DE DADOS	76
APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE	77
APÊNDICE D –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	78

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema a “População em Situação de Rua”, como objeto de estudo é colocado o seguinte questionamento: Quais os desafios enfrentados pelas mulheres em situação de rua?

O interesse pelo tema surgiu a partir de conteúdos abordados em sala de aula. Muito se discutiu sobre o assunto despertando o desejo de aproximação pela pesquisa. Posteriormente com a inserção ao campo de estágio obrigatório I no Hospital Estadual Infantil e Maternidade Dr. Alzir Bernardino Alves (HEIMABA), no setor da maternidade surgiu a oportunidade de acompanhar o trabalho da assistente social nos atendimentos e acolhimentos a mulheres em situação de rua onde foi possível verificar que essas mulheres possuem dificuldades em acessar as políticas públicas e a reconquista dos vínculos fragilizados com seus familiares, o que as fazem viver na exclusão diária, conduzindo a experiências com drogas e todos os tipos de violências e abusos.

O estágio obrigatório I proporcionou mais proximidade com o tema, aumentando o interesse em saber quais políticas norteiam essa população, quais os perfis dessas mulheres, quais fatores levaram essas mulheres a situação de rua, se tinham algum vínculo familiar ou empregatício.

A área da saúde é um campo privilegiado de atuação para o assistente social que com atividade conjunta a outros profissionais e movimentos sociais, compartilham dos princípios e diretrizes defendidos pelo projeto ético político, no qual contribui para o fortalecimento dos trabalhadores enquanto sujeitos históricos nesse processo. (CFESS, 2010).

Então, sabendo que essas mulheres estão expostas a todo tipo de vulnerabilidades, violência e exclusão de direitos, elaborar uma pesquisa com o tema para esmiuçar os desafios diários enfrentados por essas mulheres passou a ser um desafio.

Tiene (2004), aborda a questão da mulher quanto a concepção da família nuclear burguesa, e que possui características históricas e culturais, a autora aponta a diferença que é para mulheres que estão em situação de rua, frequentando o espaço público, acontece um contraste com o local a qual essas mulheres estão acostumadas, diferente do local de acolhimento e proteção que é o domiciliar.

Tiene (2004), afirma que para os homens que estão na rua e frequentando os lugares públicos é muito comum pois eles já foram habituados com esse espaço para obterem seu sustento, a autora diz também que as mulheres estão em quantidade menor do que os homens na rua e que essas mulheres que lá estão possuem suas histórias e utilizam de diferentes estratégias na rua.

A mulher moradora de rua é minoria, se comparada à população masculina. Pode-se explicar porque, histórica e culturalmente, a mulher sempre desempenhou o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, ou seja, sempre ou quase sempre limitada a um espaço físico e social da casa, onde procria e por isso deve viver submissa no ambiente doméstico, tem tratamento desigual nas relações de trabalho, o que parece ser repetir também na rua que é um espaço público (TIENE, 2004, p.19).

Toledo (2008, p. 23), aponta que mulher foi educada para aceitar essas situações com naturalidade. A mulher nasce e é criada com uma educação opressora, para saber seu lugar no mundo, que por quase sempre é um lugar subalterno. Na mesma direção, afirma Saffioti (1987, p. 11):

É de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a "superioridade" dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos.

Na visão de Friedman (1996), a desconstrução da naturalização e do poder patriarcal em relação a mulher, é uma tarefa que intimida e custosa, implica em uma grande transformação da sociedade, tanto socialmente, como politicamente, e para obter sucesso final demanda de muita paciência, determinação e boa vontade.

Segundo Thompson (2002), naturalizar algo é estrategicamente fazer uso de construção simbólica, objetificando o que a sociedade cria como uma causa natural.

Como aponta Goffman (1891), que o processo de pré-julgamento em que as pessoas fazem, a respeito do preconceito e discriminação, nada mais é do que o estigma existente em nossa sociedade. O autor evidencia que estigmatizar é um perigo para as relações sociais, sendo perceptível essa constatação quando visualizamos a realidade não só da mulher mas toda pessoa em situação de rua, trazendo a esses indivíduos a culpabilização e naturalizando esse fenômeno como uma situação sem solução para a sociedade.

Denominados como "sobrantes" por Castel (1997), essa parcela da população considerada como indivíduos inválidos pelas circunstâncias econômicas, como resultado de condições impostas de competitividade, oportunidades mínimas de se colocarem no mercado de trabalho, os levam a uma situação de deslocamento, não

possuindo lugar na sociedade. Diante disso, o Estado deixa de se responsabilizar por essa população estabelecendo como uma situação de culpa individual. Nesse sentido, Silva (2009), corrobora que no Brasil é comum acontecer a responsabilização da população em situação de rua por estar na rua, tornando essa população massacrada e perseguida.

Ainda segundo a autora são diversos os motivos de se ir para a rua, como também são diversas as realidades dessa população.

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo (Silva, 2006, p. 95).

De acordo com o estudo de Amed et al (1996), a população em situação de rua pode ser considerada em três tipos:

- a) Ficar na rua: situação de precariedade devido à ausência de recursos para se manter, necessitando de programas de proteção social. As pessoas que se encontram nessa situação sentem-se desvalorizadas e demonstram medo de dormir na rua, buscando albergues ou pensões para ficarem, recorrendo aos serviços do plantão do Serviço Social e geralmente estão à procura de emprego ou bicos que lhe permitam pagar uma pensão. Eles não aceitam serem identificados como morador de rua, e ainda possuem fortes laços com familiares e tem propósitos.
- b) Estar na rua: Começam a adotar a rua como local de pernoite e já não a consideram tão ameaçadora. Relacionando-se com as pessoas que já estão na rua, buscam novas alternativas de sobrevivência. Os contatos com a família, apesar de ainda os possuir, estão enfraquecidos.
- c) Ser de rua: A rua torna-se seu lugar de referência e espaço de suas relações, sendo limitadas suas condições de higiene e alimentação, fazem frequentemente uso de bebidas alcoólicas e sofrem um processo de depauperamento físico e mental em função de sua condição de vida. A rua torna-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva, e já perderam o vínculo com a família (Amed et al 1996, p. 14-17).

“A existência de um número tão grande de pessoas em situação de rua no Brasil é fruto do agravamento de questões sociais” (BRASIL, 2014, p. 8). Vários aspectos contribuíram para esse agravante, tais como: “ausência de moradia, trabalho e renda; fatores biográficos relacionados à vida particular do indivíduo, a quebra de vínculos familiares, doenças mentais e uso abusivo de álcool ou drogas” (BRASIL, 2014, p. 8).

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

- Identificar os desafios enfrentados pelas mulheres em situação de rua.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar as principais causas que levam as mulheres a estarem em situação de rua.
- Identificar as relações com a família e amigos.
- Identificar as relações com o trabalho.

1.2 JUSTIFICATIVA

Acreditando no quanto é importante a discussão do tema, no conhecimento teórico que poderá ser adquirido para a acadêmica e sabendo que essa população excluída se torna invisível perante a sociedade e considerando a problemática do fenômeno população em situação de rua e sua enorme relevância social, se busca por meio desse estudo analisar as evidências que abrangem essa população na sociedade e desconstruir o discurso moralista, culpabilizante de que essas pessoas são responsabilizadas pelo fato de estarem em situação de rua e desconstruindo também o estigma histórico pertinente à figura da mulher.

A relevância deste estudo como material de pesquisa para essa temática, visto que, conforme Silva (2006), pesquisar sobre a população em situação de rua pode contribuir com ações de responsabilidade e de criatividade tanto da parte do Estado quanto da sociedade para o enfrentamento desta problemática.

A pesquisa ainda tem o objetivo de gerar reflexões acerca de modificar o uso dos termos depreciativos que são direcionados essa população, sendo um grande desafio mudar a mentalidade de uma sociedade que traz consigo uma cultura enraizada, moralista que só faz excluir socialmente essa população submetida a segregação.

A importância desse estudo se faz através da carência de aprendizado no que se refere a totalidade das relações que abrangem essas mulheres que dispõem da rua como exclusivo local para viver e são marcadas por adversidade e insegurança frequente, vivendo diariamente uma batalha para descobrir uma maneira de sobrevivência e resistência aos modos de exclusão (TIENE, 2004).

Considerando a relevância do tema ser debatido nos dias atuais e com a certeza de que essa população segregada necessita de um olhar mais atencioso por parte do poder público, esta pesquisa pretende contribuir para dar visibilidade a população em situação de rua enquanto uma expressão da questão social.

Nessa direção Silva (2009), colabora dizendo que a naturalização do fenômeno população em situação de rua aponta que as pessoas possuem a tendência em aceitar que esse é um processo comum da sociedade, não observado como sendo consequência de uma expressão da questão social, mas sim resultante de dificuldades pessoais, responsabilizando o indivíduo por estar nessa situação.

Em suma, a população em situação de rua é enxergada pela sociedade como indivíduos perigosos que propiciam risco, e não como um grupo que se encontra em risco, esses indivíduos são taxados como um problema, sendo que o problema é a situação de rua que eles se encontram. É fundamental mudar a conduta de que a população em situação de rua oferece risco a sociedade, para na realidade, colocá-los na posição de vítimas da própria sociedade.

Para compreensão do tema estudado organizamos este trabalho da seguinte forma:

No capítulo referencial teórico, serão apresentadas reflexões sobre a gênese da questão social e suas primeiras expressões na sociedade capitalista, a caracterização e historicidade do fenômeno população em situação de rua e demais assuntos relacionados a esse público, discussão sobre gênero e a trajetória histórica da mulher na sociedade, um debate de forma ampla do que representa ser mulher na sociedade e suas consequências nos dias atuais, observando que a desigualdade de gênero ainda se faz presente.

No capítulo metodologia explica-se a trajetória percorrida para concretização da pesquisa, apontando o tipo de pesquisa utilizado, seu local de realização, bem como os métodos de coletas de dados e por fim o tratamento dos dados, ou seja, a forma na qual os dados foram analisados.

No capítulo resultados e discussão, apresentamos um breve perfil do Município de Vila Velha (ES), trazendo algumas características populacionais, apresentamos os equipamentos que compreendem no âmbito da proteção social básica da política municipal de Assistência Social e as características específicas do Centro de Referência especializado para População em situação de Rua (Centro POP) - Vila Velha, local onde foi realizada a pesquisa.

Por fim, desenvolvemos algumas considerações finais possíveis, a partir de tudo que fora estudado, construído, desconstruído, sentido e observado durante todo tempo da pesquisa, externando minhas opiniões em relação às particularidades pertinentes a população em situação de rua, de modo a identificar os desafios enfrentados pelas mulheres em situação de rua.

Este estudo vem propor, uma contribuição na compreensão do tema em questão, contribuindo para o esclarecimento ou enriquecimento de informações sobre o assunto tratado, já que este pode ser estudado sob diferentes perspectivas e com inúmeros objetivos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste item serão apresentadas reflexões sobre a gênese da questão social, onde vários autores fundamentam seus argumentos possibilitando ao leitor uma sólida compreensão sobre a origem do fenômeno população em situação de rua.

2.1 REFLEXÕES SOBRE A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL

Netto e Braz (2012) apontam que a crise do feudalismo abre-se no século XIV, com um processo extremamente complexo e que essas crises foram potencializadas pelos efeitos do crescente comércio e rapidamente consolidado por uma economia crescente de base mercantil.

Exatamente no século XIV, segundo Netto e Braz (2012), a produção que era totalmente baseada no regime feudal com cultivos e pecuária se comprometeu, visto que as terras esgotaram-se e não mais haviam recursos existentes da época para a recuperação dessas terras e as outras terras que ainda poderiam servir para o cultivo, possuíam resultados pobres e a necessidade de se expandir os cultivos foi reduzindo as áreas para a pecuária. Por outro lado, também foram reduzidos os limites a mineração e com isso o curso do dinheiro foi travado temporariamente trazendo grandes dificuldades para o comércio. Juntamente a todos esses acontecimentos sobreveio da Ásia a peste negra, dizimando uma grande parcela da população europeia desgastando o regime feudal que parecia ser tão estável no século XIV.

Ainda de acordo com Netto e Braz (2012), as lutas entre as classes feudais, senhores proprietários das terras e camponeses intensificam-se fortemente nesse período já que os senhores de terra para suprir a diminuição do excedente econômico a qual se apropriaram, começaram a explorar os produtores, tornando um cenário de confrontos sociais que adentraram o século XVI.

É neste último século conforme Netto e Braz (2012), que se esgota o protagonismo dos movimentos camponeses que mesmo derrotados pela força, conduziram

mudanças importantes no regime feudal, mudanças que o comércio em desenvolvimento já esperava.

Do ponto de vista econômico, mediações de natureza mercantil penetraram as relações básicas da economia feudal entre os próprios senhores (a terra começou a ser objeto de transação mercantil) e entre senhores e servos (as prestações em trabalho e espécie começaram a ser substituídas por pagamentos em dinheiro). Aquilo que era próprio de um segmento da ordem feudal, a economia mercantil urbana, cada vez mais consolidada e ampliada, a pouco e pouco iniciou uma irreversível expansão (NETTO e BRAZ, 2012, p. 83-84).

É com o protagonismo dos comerciantes, junto aos camponeses de acordo com Netto e Braz (2012), que é derrubado o antigo feudalismo, iniciando-se no século XIX o Estado Burguês. E é nesse Estado burguês que se estabelecem e se intensificam as relações sociais de produção capitalista fazendo com que a burguesia deixe de ser classe oprimida para ser classe opressora/dominante.

No século XIX, período em que originou a gênese da questão social, Santos (2012) evidencia altas taxas de natalidade, deficientes condições de trabalho e moradia, prostituição, alcoolismo. Com a queda do feudalismo e início da industrialização uma grande parcela da população saiu do campo migrando para cidade a procura de emprego, essa população passou a viver ao redor das indústrias em condições precárias.

Silva (2009), colabora quando diz que a gênese do fenômeno população em situação de rua refere-se ao advento das sociedades pré-industriais na Europa, no cenário chamado de acumulação primitiva. Nessa época:

[...] os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras, sem que a indústria nascente, nas cidades, os absorvesse com a mesma celeridade com que se tornaram disponíveis. Em face disso, muitos se transformaram em mendigos ou ladrões, principalmente por força das circunstâncias, fazendo aparecer o pauperismo [...]. É nesse contexto que se origina o fenômeno população em situação de rua (SILVA, 2009, p. 25).

Segundo Koshiba (2004), esse fenômeno decorreu pelo modo de produção feudal e se desenvolveu com a queda do Império Romano culminando a descentralização de poder político dos senhores feudais pela produção do trabalho servil dos camponeses.

Netto (2001), afirma que a expressão questão social é antiga e surgiu para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa que vivenciava os impactos da primeira onda de industrialização, com início na Inglaterra no último período do século XVIII referindo-se ao fenômeno do pauperismo, resultando a pauperização massiva de trabalhadores e o crescimento da pobreza na mesma proporção do volume de

produção, entretanto em sentido contrário. Aumentando a capacidade de se produzir, seria improvável a superação da condição de pobreza da época. Anteriormente na sociedade burguesa, a pobreza estava relacionada a limitações produtivas e de desenvolvimento.

A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sociopolíticos [...] Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformavam com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto assumiu as mais diferentes formas, [...] configurando uma ameaça real as instituições sociais existentes. Foi a partir de uma emersão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social” (NETTO, 2001 p. 154).

Netto (2011), reforça que a questão social exclusivamente tem a ver com a sociabilidade que se ergueu com o comando do capital.

[...] o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (NETTO, 2011, p. 157).

Segundo Iamamoto (1997), com acumulação do capital como consequência gera também a acumulação da miséria, haja vista que para enriquecer é necessária a exploração da classe dona do capital para aquele que vende sua força de trabalho, aqui representado como indissociável, ou seja, a questão social neste caso é a produção dos bens de capital e a expropriação por parte do trabalhador. Sendo assim:

[...] a questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses [...] Ao mesmo tempo, a “questão social” deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabencoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação (IAMAMOTO, 2014, p. 135).

Segundo esse raciocínio a questão social expressa “desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (IAMAMOTO, 2007, p. 160).

Karl Marx (2013), em sua obra “O Capital: crítica da economia política”, destaca que o capitalismo promove acumulação e que o objetivo é acumular cada vez mais com uma porcentagem reduzida de trabalhadores, esses trabalhadores que ficam, são

cada vez mais submetidos a exploração. Ou seja, instalando maquinários mais inteligentes, possibilitando aumentar a produção diminuindo a quantidade de trabalhos, logo a exploração é intensificada. Esse modo de produção carece de um exército industrial de reserva, um grupo de trabalhadores adicionais, supérfluos.

Ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto (MARX, 2013, p.721).

De acordo com Karl Marx (2013), é necessário a existência de um exército industrial de reserva para acumular e desenvolver a riqueza no modo capitalista e além de necessário, esse exército de reserva alavanca a acumulação e sua existência é condição básica e essencial para garantir o modo de produção capitalista.

Para Netto e Braz (2012, p. 147), "a existência de um enorme contingente de desempregados permite ao capitalista pressionar os salários para um nível inferior; essa é a função primária que o exército industrial de reserva desempenha sob o capitalismo".

Karl Marx (2013), colabora dizendo que a transformação de trabalhadores empregados em desempregados ou em subempregos será permanente, pois quanto mais se acumula, mais acontece o desenvolvimento do capitalismo, e a exploração será maior e menos trabalhadores necessários, objetivando cada vez mais o aumento da produtividade com um mínimo número de trabalhadores, trazendo como consequência desse processo maior acumulação.

A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 2013, p.711).

Netto e Braz (2012), discorrem que a extensa jornada de trabalho privada de condições políticas é o meio onde os capitalistas se apropriam da força de trabalho excedente, entretanto, sem o aumento dos salários dos trabalhadores, gerando uma fonte de riqueza, denominada como mais-valia absoluta. Por outro lado, a mais-valia relativa acontece quando a jornada de trabalho utiliza de circunstâncias políticas da quantidade de trabalho diário. Assim os capitalistas extraem a riqueza produzida dentro de estratégias da norma jurídica. Designa-se como apropriação da riqueza

socialmente produzida, restringida nas mãos dos capitalistas, não sendo distribuída a outra parte que produziu, agravando as desigualdades sociais¹.

Para Netto e Braz (2012), as duas formas de incrementar a produção da mais-valia absoluta e a relativa não se excluem embora o histórico verificado indique a mais-valia relativa é predominante, diante o crescimento da classe operária.

Em qualquer dos casos, o que está em questão é o aumento da exploração da força de trabalho. No entanto, do ponto de vista das suas consequências, essas formas se distinguem: quando o incremento do excedente se dá através da produção absoluta de mais-valia, verifica-se uma tendência a uma pauperização absoluta dos trabalhadores; quando predomina a produção de mais-valia relativa, o que ocorre geralmente é uma pauperização relativa dos trabalhadores (NETTO; BRAZ, 2012, p. 123).

Perante o cenário de exploração causado pelos capitalistas, as jornadas exaustivas de até 18 horas diárias de trabalho e baixos salários que não garantiam suprir as necessidades básicas dos trabalhadores e seus familiares, na segunda metade do século XIX, que de acordo com Behring e Boschetti (2011) brota a reação da classe trabalhadora, exibindo a questão social.

Netto (2001), contribui que a questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo fazendo entender que a questão social está altamente associada ao processo de produção capitalista o qual acarreta as desigualdades sociais. Os autores Netto e Braz (2012), criticam quanto ao uso do termo de uma “nova questão social” mencionadas por alguns ideólogos a serviço da classe capitalista, afirmando que não há uma “questão social” que não seja derivada da lei geral da acumulação capitalista.

Ora, a “questão social” é determinada por esta lei; tal “questão”, obviamente, ganha novas dimensões e expressões à medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças. Mas ela é insuprimível nos marcos da sociedade onde domina o MPC². Imaginar a “solução” da “questão social” mantendo-se e reproduzindo-se o MPC é o mesmo que imaginar que o MPC pode se manter e se reproduzir sem a acumulação do capital (NETTO; BRAZ, 2012, p. 152).

Castel (1998), indica o pauperismo como um dos componentes da manifestação da questão social, relata a narrativa da existência da situação da vagabundagem, que de acordo com o autor é de fato, uma maneira pelo qual ao mesmo tempo se mostra e se esconde a questão social na sociedade. De fato, o vagabundo é um sem território

¹ Desigualdade social refere-se, como é conhecido, à distribuição diferenciada, numa escala de mais a menos, das riquezas materiais e simbólicas produzidas por uma determinada sociedade e apropriadas pelos seus participantes (NASCIMENTO, 2003, p. 58).

² A riqueza das sociedades onde predomina o modo de produção capitalista (MPC) se apresenta como uma imensa acumulação de mercadorias, e a mercadoria individual como forma elementar da riqueza (KARL MARX, 2013, p. 57).

e sem filiação, aquele que não possuindo nenhum estado, não faz uso de nenhuma proteção, é a ausência de trabalho, a ociosidade associada a falta de recursos.

Ainda conforme Castel (1998), não são estas situações que se impõem no fim do século XX, mas sim a fragilidade total das ligações socioeconômicas de um grande número populacional em relação à sociedade. Acontece uma desfiliação desta população aos processos econômicos de produção e também de consumo, que derivam de uma precarização das relações de trabalho vulnerabilizando a condição salarial.

Castel (1998), aponta que não haveria uma divisão entre os vulneráveis e desfiliaados, ficando indefinido como obra própria da precarização. O autor diz que os desfiliaados correspondem então aos inúteis para o mundo ou os supranuméricos.

O Núcleo da questão social hoje seria pois, novamente, a existência de inúteis para o mundo, de supranumerários e em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa (CASTEL, 1998, p. 593).

De acordo com Castel (2006), essa fração da população intitulada como excluída não constitui um grupo homogêneo.

São mais precisamente conjuntos de indivíduos separados de seus atributos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maioria das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos da existência etc. (CASTEL, 2006, p. 63).

Para Costa (2005), é diante deste contexto apresentado que está inserido a população em situação de rua, identificado pela autora como um grupo de pessoas heterogêneas, composta por indivíduos com realidades distintas, entretanto, que possuem em comum a condição de total pobreza e o não pertencimento a sociedade caracterizado como um processo de exclusão social³.

Assim, no próximo subitem deste estudo seguimos para uma reflexão sobre o fenômeno da população em situação de rua e os processos que envolvem o tema em estudo.

³ Exclusão social é a falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso as informações e perda da autoestima (COSTA, 2005, p. 3).

2.1.1 População em Situação de Rua

Neste capítulo objetiva-se destacar que este estudo proporcionará entendimento acerca do contexto a qual se insere o fenômeno população em situação de rua, sendo esse fenômeno uma expressão de um processo histórico de exclusão social, derivado da estruturação da sociedade capitalista permeada pela exploração e desigualdades sociais.

Conforme Silva (2009), no atual cenário neoliberal⁴, a reprodução e o aumento da desigualdade social, associado a falta de garantias sociais, faz-se perceptível a fragilização dos vínculos empregatícios e familiares, o que contribui para o crescimento do fenômeno da exclusão social e da população invisibilizada. O fenômeno população em situação de rua tem sido crescente nos últimos anos. Calcula-se que em 2020 quase 222 mil brasileiros estão em situação de rua, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020).

Para Marques, Oliveira e Leal (2014), citado por Paiva (2015), embora o aumento visível da população em situação de rua nas últimas décadas do século XXI, esse fenômeno é antigo, seu histórico tem origem no surgimento das sociedades pré-industriais da Europa no desenvolvimento de criação inevitável ao modo de produção capitalista. Neste contexto intitulado acumulação primitiva do século XV, onde houve a expulsão dos camponeses de suas terras e sendo poucos absorvidos pelas indústrias que emergiam, passaram a perambular pelas ruas.

De acordo com Silva (2012), a criminalização das pessoas em situação de rua também é um fenômeno antigo. Desde o século XV, foram criadas na Inglaterra leis que puniam essa população que se encontravam nas ruas.

Mendigos velhos e incapacitados para trabalhar têm direito a uma licença para pedir esmolas. Os vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados. Serão amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue lhes corra pelo corpo; em seguida prestarão juramento de voltar à sua terra natal [...]. Na primeira reincidência de vagabundagem, além da pena de flagelação, metade da orelha será cortada; na segunda o culpado será enforcado como criminoso irre recuperável e inimigo da comunidade (Marx 1980 citado por PAIVA, 2015, p. 31).

⁴ A ideologia neoliberal, sustentando a necessidade de "diminuir" o Estado e cortar as suas "gorduras", justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na economia (NETTO e BRAZ, 2012, p. 239).

As leis tratavam a população em situação de rua, como se elas tivessem escolhido por vontade própria morar nas ruas, em momento algum era analisado os motivos pelo qual as pessoas viviam em condições desumanas, também não existia a preocupação de encontrar uma solução para que no contexto dessas pessoas acontecesse mudanças (SILVA, 2012).

Burszyn (2003), colabora quando diz que pelo menos há quatro séculos a miséria extrema vem criando contexto de exclusão e sendo preocupação por parte do poder público.

Na Inglaterra, a primeira Lei dos Pobres data de 1601 e visava a evitar que os desvalidos fossem despejados nas comarcas vizinhas. Estabelecia, pois, que cada condado se responsabilizasse pelos seus respectivos miseráveis, criando albergues e casas de trabalho para os que tivessem condições físicas. Mais tarde, em 1795, instituiu-se uma política de garantia da ração alimentar básica, as Corn Laws, que podem ser consideradas como precursoras dos tíquetes-alimentação de nossos dias [...] (BURSZYN, 2003, p. 40).

Nesse contexto, tornou-se cada vez mais expressiva a presença de pessoas em situação de rua nos grandes centros urbanos do país. Indivíduos e famílias em situação de extrema pobreza marcam fortemente o cenário das ruas das cidades, na luta pela sobrevivência. Nas sociedades capitalistas, a sua produção e reprodução vinculam-se à formação de uma superpopulação relativa, a partir da relação entre o capital, como processo inerente à acumulação do capital (SILVA, 2006, p. 16).

De acordo com Burszyn (2003), desde 1930, no Brasil, o Estado passou assumir de forma organizada e crescente o papel de introduzir um sistema previdenciário regulador do mercado de trabalho. Por ser uma época em que o poder público expandia suas funções compensando as falhas do mercado, que era inspirado no exemplo do New Deal norte-americano, como as fórmulas que vigoravam na Europa.

[...] o alvo da ação de proteção pelo Estado são os trabalhadores incluídos, direta ou indiretamente, no sistema formal do mundo do trabalho. Mesmo que em certos países tenham sido criados mecanismos como o seguro-desemprego, este pressupõe uma condição prévia de emprego. A regulamentação da previdência, do descanso semanal e das férias remuneradas, são instrumentos que contemplam os trabalhadores empregados. Mas não foram estabelecidos mecanismos universais de proteção dos não-empregados, ou dos que participam de circuitos econômicos marginais, ou mesmo dos que estão excluídos socialmente, como é o caso das populações de rua, dos sem-teto, dos catadores de lixo (BURSZYN, 2003, p. 41-42).

Nas palavras de Burszyn (2003), no início do século XXI a emergência dos inimpregáveis pelo sistema econômico deixava de ser um episódio somente dos países mais pobres, estando em toda parte, até mesmo nas sociedades mais providas. Perante a situação o mundo se assusta, mostrando a ineficiência das políticas públicas que não asseguram proteção aos excluídos.

Nossos instrumentos consagrados - previdência e legislação trabalhista em geral - vão-se mostrando ineficientes. Não conseguem sequer adaptar-se às mudanças demográficas, que configuram um envelhecimento da população, com inevitável pressão da massa de pensionistas sobre o universo dos contribuintes. E, muito menos, servem para contemplar o crescente contingente dos que não têm acesso ou vínculo com o mercado de trabalho e, nesse sentido, não são objeto da proteção social pública [...]. Por conta dessa tendência, que é mundial, cresce a população de rua [...] (BURSZYN, 2003, p. 42).

O Decreto de lei nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), que em seu Parágrafo Único do Artigo 1º define população em situação de rua como:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p. 16).

São considerados objetivos da PNPR, em seu art. 7º:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua; III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua; IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua; V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos [...] (BRASIL, 2009).

A PNPR, em seu art. 5º tem como princípios, além da equidade e igualdade:

I - respeito à dignidade da pessoa humana; II - direito à convivência familiar e comunitária; III - valorização e respeito à vida e à cidadania; IV - atendimento humanizado e universalizado; e V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

De acordo com Silva (2009), as políticas sociais universalizantes são negadas, constituindo espaço para políticas seletivas e focalizadoras, apesar das políticas sociais concretizarem os direitos sociais conquistados com muito esforço não possuem a capacidade de eliminar as desigualdades sociais e nem desfazer a estrutura de classes sociais. Nesse sentido para Silva (2009, p. 175), “o início para a apresentação das políticas determinadas a população em situação de rua [...] é o reconhecimento de que as políticas sociais no Brasil têm sido marcadas pela prevalência da lógica liberal em detrimento da perspectiva universalizante”.

Afirma Costa (2005), que a situação de rua é sempre um fruto de ruptura na vida desses indivíduos, tais rupturas possuem várias origens, como ser imigrantes, desempregados, ex-presidiários, pacientes psiquiátricos, entre outros, que compõem um enorme número de pessoas vivendo o dia a dia das ruas, ressaltando a presença de andarilhos, que caminham de uma cidade a outra, através de carona ou se deslocando com passagens concedidas por entidades assistenciais.

Aa pessoas em situação de rua “são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade” (SILVA, 2009, p. 106).

São denominados, portanto como: “mendigos”, “vagabundos”, “maloqueiros”, “desocupados”, “bandidos”, “contraventores”, “vadios”, “loucos”, “sujos”, “flagelados”, “náufragos da vida”, “rejeitados”, “indesejáveis”, “pedintes”, “encortiçados”, “toxicômanos”, “maltrapilhos”, “psicopatas”, “carentes”, “doentes mentais”, entre outros (SILVA, 2009, p. 119).

Lopes (2006), enfatiza que é importante desconstruir o preconceito muito propagado que a população em situação de rua é composta por mendigos e pedintes, pois aqueles que pedem dinheiro para sobrevivência constituem uma minoria. Deste modo, a maioria dessa população possui profissão, ainda que não estejam exercendo por algum motivo particular. Contudo, grande parte dos trabalhos realizados por esse contingente populacional situa-se na chamada economia informal, sendo assim, exercem trabalhos sem carteira assinada.

Morador de rua ou catador de papel, mendigo ou biscateiro, todos estão inseridos, cada qual a sua maneira, no processo de produção e consumo, desempenhando suas funções específicas. Excluídos, mas não exteriores à sociedade moderna. Excluídos porque não tem acesso aos bens materiais e simbólicos modernos ou não têm condições de participar da gestão pública, pelo simples fato de se encontrarem no patamar mínimo da sobrevivência. Além, evidentemente, de serem estigmatizados (NASCIMENTO, 2003, p. 123-124).

Podemos perceber que o fenômeno população em situação de rua se vincula a estrutura capitalista possuindo várias razões determinantes, como: a) relacionadas a falta de moradia, a inexistência de trabalho e fonte de renda, mudanças econômicas e institucionais que causam impacto social; b) causas biográficas, que estão diretamente ligados a vida de cada indivíduo, como o rompimento de vínculos com suas famílias, transtornos mentais, o uso abusivo de drogas e bebidas alcoólicas, tragédias como morte de todas as pessoas da família ou outros acontecimentos; c) e fatores de natureza ou catástrofes como terremotos e enchentes e outros, sendo esses os principais fatores que fazem emergir o fenômeno população em situação de rua (SILVA, 2009, p. 105).

Silva (2009), aponta referente ao rompimento de vínculo familiar, enquanto causa biográfica as dificuldades econômicas, o qual a autora diz não ser essa a visão que predomina em seus estudos, citando outros motivos que estão atrelados a história de vida desses indivíduos como desentendimentos afetivos, preconceitos quanto a orientação sexual, austeridade quanto ao uso e dependência de álcool e drogas.

Compreende-se que a ausência de trabalho e renda regulares já está contemplada na noção de pobreza extrema, e que o uso frequente de álcool e outras drogas se impõe muito mais como uma estratégia de subsistência, capaz de ampliar a alienação acerca da situação de rua do que uma condição ou característica que a ajuda a definir esse contingente populacional (SILVA, 2009, p. 133).

Segundo Silva (2006), a população em situação de rua é uma das expressões da questão social, que requer do Estado intervenções que levem em conta como ela se constitui e as formas de sobrevivência que essas pessoas desenvolvem, é preciso conhecer essa população, para assim identificar suas necessidades sociais e a complexidade de seu processo de saúde ou doença, assim como as razões que os levaram as ruas, isso é uma condição básica para a construção de um modelo de atenção universal a essa população.

Silva (2014), aponta que somente após os anos 1930, a pobreza passou a ser tratada como questão social, ou seja, como decorrência da tomada de consciência por parte da sociedade de que havia a existência de populações, ao mesmo tempo, agentes e vítimas da Revolução Industrial, constituindo a chamada questão do pauperismo.

Silva (2006), afirma que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical

da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. A população em situação de rua é um fenômeno que tem características gerais, entretanto, suas particularidades são vinculadas a localidade em que elas se apresentam. No Brasil se definiu essa particularidade como sendo normal, natural, um país que se observa com ausência de elementos e estudos sobre essa população e sobretudo a carência de políticas públicas para esse enfrentamento.

Tal situação passou a se diferenciar no fim dos anos 80, com a Constituição Federal de 1988, que considerou os direitos sociais fundamentais à todas as pessoas. Já a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi responsável por regulamentar os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, que reconhecem a Assistência Social como política pública. Desta forma, o Estado foi responsabilizado por criar e manter programas de atenção à população de rua, garantindo sua integridade, dignidade e direitos de cidadania (BRASIL,1988).

De acordo com a nova legislação, o poder público passou a ter a tarefa de manter serviços e programas de atenção à população de rua, garantindo padrões éticos de dignidade e não violência na concretização de “mínimos sociais” e de direitos de cidadania a esse segmento social (COSTA, 2005, p. 6).

Costa (2005), também afirma que mesmo com a construção na garantia de direitos sociais, há também o crescimento da exclusão e isso é feito em forma do aumento do preconceito, propagação da repressão e segregação, invisibilidade, o desamparo aumenta e seu principal reflexo é o extermínio, violência tanto verbal quanto física, que também é (re)produzida, ou seja, essas pessoas sofrem todas as formas de violação em seus direitos mais básico e para sobreviverem utilizam de vários artifícios.

Portanto, para Costa (2005), esse desinteresse do Estado pelas pessoas em situação de rua influencia diretamente no comportamento da sociedade. A falta de interesse pelas pessoas em situação de rua mostra a contradição do tema, que é tratado com compaixão, preocupação e, em contrapartida, com indiferença, preconceito ou violência.

Silva (2009), apresenta um relevante fator cultural estabelecido socialmente para compreender o papel desempenhado por homens e mulheres. Ao homem foi dado o papel de provedor da família, quando esse homem falha no sustento familiar ele fica

vulnerável e suscetível às ruas. Já a mulher foi dado o papel de reprodutora e cuidados com a casa e filhos, implicando ser inserida no mercado de trabalho.

Tiene (2004), em seu livro *Mulher Moradora na Rua*, questiona quem são as mulheres que estão ou que moram na rua, quais os sonhos e qual a identidade dessas mulheres, a autora aponta que na condição de exclusão social e cultural essas mulheres quando passam a viver em situação de rua encontram diferentes formas de superar a relação de dominação já que não se encontram mais em espaços domésticos onde são limitadas e controladas.

[...] a mulher foi socializada para a vivência no espaço privado, sua identidade foi construída para o interno, para dentro da casa, marido, filhos, cuidados com os doentes. A rua, como espaço público, é de todos. A mulher, construída socialmente para a vida doméstica, ao ser jogada na rua, no espaço público, refere-se ainda com frequência à família, aos filhos, embora pareça não conseguir com eles ficar (TIENE, 2004, p. 20).

Para Tiene (2004), a mulher e o homem passam a viver em situação de rua devido a condição que a sociedade impõe, quando a sociedade se organiza defendendo mercadoria e mercado e não os indivíduos e a vida. Com isso a rua passa a ser um local de sobrevivência, trabalho e moradia.

A mulher moradora de rua é minoria, se comparada à população masculina. Pode-se explicar porque, histórica e culturalmente, a mulher sempre desempenhou o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, ou seja, sempre ou quase sempre, limitada a um espaço físico e social da casa, onde procria e por isso deve viver. Submissa no ambiente doméstico, tem tratamento desigual nas relações de trabalho, o que parece se repetir também na rua que é um espaço público (TIENE, 2004, p.19).

De acordo com Tiene (2004), a rua mesmo sendo um local público ele não é de todos, porque é um espaço marcado pela apropriação, onde é necessário um ritual para fazer parte e se manter nesse local. O homem neste espaço continua se posicionando como provedor assumindo a responsabilidade em manter a mulher, pois a cultura histórica de que o homem é forte e a mulher frágil, dependente e submissa acarreta ao homem ainda mais o dever de prover os ganhos. A autora afirma que homem e mulher são diferentes biológica e geneticamente e que essas diferenças são usadas para justificar atitudes de discriminação entre as pessoas. A sociedade constrói modelos de masculino e feminino com a convicção de que as diferenças são naturais e imutáveis.

2.2 DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO

Neste capítulo apresenta-se o conceito de gênero permitindo entender as concepções sociais de masculino e feminino.

De acordo com Saffioti (2011), a exclusividade de direitos sempre foi do homem, no período da revolução francesa, as mulheres, insatisfeitas com a sua situação, tentaram conquistar a mesma liberdade dada aos homens, tanto que quando Olympe de Gouges, escreveu a Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã em 1792, ela foi condenada à morte, guilhotinada em 1793, sendo acusada de deixar de lado os benefícios de ser mulher, tentando se passar por um homem de Estado. As mulheres francesas continuaram a lutar e não desistiram e uma das vitórias que essas mulheres alcançaram foi o direito de voto, elas receberam também o apoio da Igreja Católica.

Saffioti (2011), diz que é perceptível como mulheres são excluídas da vida política deixando que seus direitos fiquem nas mãos de homens que nada entendem o que é a opressão vivida por essas mulheres e afirmam veementemente os padrões idealizados a partir de suas vontades, não refletindo de fato o que as mulheres gostariam de ser e fazer. Dessa maneira, o ensinamento direcionado as meninas desde o nascimento de terem comportamentos que são considerados femininos, fazendo essas meninas reconhecerem seu papel de inferioridade na sociedade, diferente daquele exercido pelo gênero masculino.

Nas palavras de Saffioti (2011), os homens sempre estiveram se desenvolvendo, crescendo intelectualmente, enquanto as mulheres se mantinham estagnadas. Até o século XIX as mulheres não frequentavam universidades, até a profissão de parteira as mulheres perderam, que foi substituída pela obstetrícia, especialidade médica destinada a homens. Em razão do tratamento diferenciado entre homens e mulheres, de como interiormente as mulheres eram sujeitadas, é que se começou a questionar a desigualdade de gênero no tocante acesso ao trabalho e educação.

Sobre a base simbólica repousam as definições de papéis de gênero que se acentuarão no comportamento dos sujeitos, se manifestando na escolha da profissão e na postura que apresentarão na sociedade, entre outras coisas. Aos homens é relegado o espaço, o poder e a liberdade, portanto o carro, o cargo, a política e o domínio público. Às mulheres a serenidade, o trato com as coisas da natureza, a solidariedade, o cuidado, o carinho, a delicadeza, a obediência, a maternidade vivenciada desde a infância ao brincar de boneca, o dever de servir e o limite do espaço privado. Nesse sentido, a herança filosófica tem definido por muitos séculos os espaços onde mulheres e homens devem estar, bem como a forma com que devem se comportar (FERREIRA, 2014, p. 70-71).

Ferreira (2014), explica a partir de conceitos de Godelier (1980), os três exemplos de desigualdade sofrida pelas mulheres que são: econômica, política e simbólica. Economicamente as mulheres não recebem os mesmos rendimentos que os homens, ainda que exerçam o mesmo cargo, sofrem preconceito pela maternidade, uma vez que precisam da licença para cuidarem dos filhos recém-nascidos e por não possuírem as mesmas oportunidades de trabalho como o gênero masculino. Não ocupam muitos cargos políticos importantes e, quando no poder estão, são hostilizadas e desafiadas, precisam no dia a dia demonstrar seu conhecimento frente o machismo. E por fim, de forma simbólica, quando são obrigadas a cumprir um padrão pré-estabelecido pela sociedade e sendo repreendidas quando não atendem esses padrões sociais culturalmente e religiosamente.

Seguindo este mesmo debate, Saffioti (1995), indica que "não basta que um dos gêneros conheça e pratique as atribuições que lhe são conferidas pela sociedade; é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades e direitos do outro gênero" (SAFFIOTI, 1995, p. 193).

Segundo Saffioti, as relações de gênero têm o sentido de relações de poder, contudo, aponta não ser contraditório o fato do poder ser adotado igualmente por ambas as partes que compõem a relação.

A relação dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no pólo de dominada-explorada. Ao contrário, integra essa relação de maneira constitutiva a necessidade de preservação da figura subalterna. Sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois pólos da relação existe poder, ainda que em doses desiguais. Não se trata de uma hierarquia, mas de uma contradição. [...] Como na dialética entre o senhor e o escravo, homem e mulher jogam, cada um com seus poderes, o primeiro para preservar sua supremacia, a segunda para tornar menos incompleta sua cidadania (SAFFIOTI, 1995, p. 183).

Dessa forma temos a definição de poder desenvolvido pelo o filósofo francês Michel Foucault (2006):

[...] tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras [...] não é algo que se possa dividir entre aqueles que possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são alvos inertes e consentidos do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 2006, p. 183).

Assim sendo, o entendimento de poder de Foucault (2006) possibilitou a perceber as relações de gênero sendo relação de poder, sobretudo na violência a mulher, já a contribuição de Izumino (1988), diz que as divergências que ocorrem entre as diferenças de gênero, aceitar as relações de gênero como uma maneira de veiculação do poder na sociedade é desfigurar a forma em que se constituem os relacionamentos no dia a dia entre homens e mulheres. Isso quer dizer que o que se considera masculino e feminino depende de cada contexto e cada cultura e pode acontecer variação de uma sociedade para outra.

Izumino (1988), ainda contribui que a inserção das relações entre os sexos em uma relação ativa de desempenho do poder, a observação dos casos de violência a mulher, vistas como fatos que abrangem o contraste de gênero, leva-se em conta que essas relações são formadas socialmente, desviando a condição naturalizado e biológico não caracterizando as distinções sexuais e a prática do domínio dos homens sobre as mulheres.

De acordo com Nanjarí (2009), ainda que não dependa da diferença biológica, as diferenças de gênero se referenciam na diferença biológica. É muito comum o uso de expressões do tipo: "Só podia ser mulher...", "Tinha mesmo que ser homem...", Isso é coisa para mulher...", isso demonstra como no dia a dia as pessoas procuram associar as características de masculino e feminino, construídas socialmente ao fator biológico de ser homem ou mulher. De uma maneira geral a sociedade, nos faz acreditar que as diferenças de gênero não se podem mudar, são permanentes como a biológica.

Saffioti (2004), contribui na discussão das relações de gênero e o efeito do patriarcado em nosso entendimento de sociedade, o homem e mulher e seus lugares de inserção nos espaços público e privado.

Integra a ideologia do gênero, especificamente patriarcal, a ideia, defendida por muitos, de que o contrato social é distinto do contrato sexual, se

restringido este último à esfera privada. Segundo este raciocínio, o patriarcado não diz respeito ao mundo público ou, pelo menos, não tem para ele nenhuma relevância. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado (SAFFIOTI, 2004, p. 54).

Para Saffioti (2004), o patriarcado está inserido nas relações de gênero, relação que antes de ser privada é civil. O patriarcado concede direito sexuais aos homens sobre as mulheres, quase que sem restrições, se configura em um espaço de hierarquia que invade os espaços da sociedade, possui base material, corporifica-se e representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia como na violência.

As mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Essa soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão. Ou melhor, como não se trata de fenômeno quantitativo, mas qualitativo, ser explorada e dominada significa uma só realidade (SAFFIOTI, 2004, p. 105).

Cisne (2012), traz a importância de analisar a categoria gênero dentro da contradição capital e trabalho, firmada com a determinação do conflito de classes. Essa análise relaciona a luta das mulheres em enfrentar as desigualdades e as relações de gênero cultural e historicamente marcada por uma sociedade patriarcal capitalista.

O conceito de gênero e das relações de gênero é utilizado no sentido de dar ênfase ao caráter social, cultural e relacional das distinções baseadas no sexo, visando superar o determinismo biológico, ressaltando sua dimensão histórica. Ou seja, visa a desmitificar papéis e qualidades construídas socialmente, mas naturalmente atribuídas às mulheres e aos homens gestadores das desigualdades de gênero. É importante perceber que, sendo, fundamentalmente, resultado de uma construção social, essas relações são mutáveis (CISNE, 2012, p. 51).

Considerando as determinações e condicionantes sociais, a autora enfatiza:

É certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possui raça, etnia, orientação sexual, idade etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macro determinações, pois, por mais que o gênero una as mulheres, a homossexualidade una gays e lésbicas, a geração una as (os) idosas (os) ou jovens etc., a classe irá dividi-las (os) dentro da ordem do capital (CISNE, 2012, p. 87).

Cisne (2012), colabora quando diz que todas as mulheres, independentemente de sua classe social sofrem violência e são oprimidas perante sua condição de gênero, portanto, as opressões vivenciadas são diferenciadas de acordo com as condições materiais de cada mulher, logo a classe as divide.

Ainda de acordo com Cisne (2012), quando as mulheres escolhem um trabalho ou uma carreira, isso está diretamente ligado aos valores a forma de como essas mulheres foram socialmente orientadas, pois culturalmente é passado as mulheres que precisam manter a essência feminina, fazendo com que essas mulheres não se sintam capazes de desenvolver um trabalho com natureza masculina.

A divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão hierárquica entre os sexos, confere as mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados (CISNE, 2015, p. 177).

Para Cisne (2012), acontece que o Estado não se responsabiliza com essas mulheres, não garante a elas seus direitos, sendo que essas mulheres desempenham atividades fundamentais para que o capitalismo funcione, quando se naturaliza o trabalho doméstico sem remuneração como sendo obrigação da mulher, mais se gera o exército industrial de reserva tornando o salário mínimo ainda mais mínimo do que deveria ser.

Cisne (2012), afirma que a educação sexista não apenas distingue homens e mulheres de maneira diferenciada, mas sim transforma essas diferenças em desigualdades, levando algumas mulheres a crença de que não possuem aptidão para trabalhos específicos. Sugerindo qualidade e valores considerados femininos para formar modelos de mulher conveniente para atender os interesses do patriarcado capitalista, isso mostra que essa divisão foi historicamente ensinada e pode ser desconstruída, colocando homens e mulheres em cenário de igualdade.

No próximo item será realizado um breve relato histórico do que representa ser mulher na sociedade e suas consequências na atualidade, percebendo que a desigualdade de gênero ainda se faz presente.

2.1.1 Trajetória Histórica das Mulheres na Sociedade

Apesar de grandes avanços, ainda é possível encontrar traços da herança do patriarcado do qual a autora Samara (1989) descreve: que a família foi moldada nos padrões coloniais e ditou as normas de conduta daquela época e ocasionou as diversas mudanças na organização familiar.

Ainda, de acordo com Samara (1989), o dominante era as famílias extensas baseadas nas relações patriarcais, onde o marido usando de uma autoridade imposta por uma sociedade machista do qual enxerga a mulher como uma propriedade, e não se reconhece com um ser pensante, essa mulher poderia ser oriunda de um lar onde desde a pequena idade vem sendo inculcando no seu ser que ela deve ser submissa ao marido, a aceitar suas decisões e ações sem questionamento e isso quer dizer aceitar que o seu parceiro decida se essa mulher pode estudar, trabalhar, se socializar e até mesmo decide quando terão filhos, numa decisão unilateral e possivelmente se estendendo as filhas.

Samara (1989), discorre que muitas das vezes a violência doméstica é passada como herança para os filhos, reproduzindo ensinamento arcaico a respeito do casamento e que mulher foi feita para satisfazer as vontades e desejos dos seus companheiros, ensinamentos esses que são perpetuados por instituições religiosas.

Para Saffioti (2013), no que se refere as mulheres, a posição da igreja católica reflete uma doutrina na qual o papel da mulher se enquadra como figurante, a igreja mantém seus interesses vigentes e utiliza de técnicas ainda que veladas para manter a mulher sempre dependente e submissa ao homem.

Conforme Sarti (2005), o modelo tradicional de família, composta por pai, mãe e filhos, vem sendo transformada e sua configuração modificada, o funcionamento das famílias e os papéis desenvolvidos por cada integrante familiar sofreram alterações, as mudanças fizeram alterações na composição familiar, pois na família ou fora dela a identidade do homem se associa ao valor do trabalho desempenhado, não levando em conta a classe social. O trabalho passa além da função de ser um meio de sobrevivência material, visto que o trabalho determina a essência da identidade masculina, manifestando uma forma do homem se reafirmar. Logo, o valor do trabalho comprova e oferece autonomia moral de autoafirmação ao homem.

Santana (2010), cita Carneiro (2002), ao fazer uma análise sobre a família:

Numa sociedade onde o valor de referência é derivado do eu, a família é importante na medida em que possibilita a cada membro constituir-se como sujeito autônomo. Esta função da família põe em evidência suas contradições internas, pois, ao mesmo tempo em que os laços de dependência são necessários, eles são negados (SANTANA, 2010 p. 81, apud CARNEIRO, 2002, p. 13).

Saffioti (2004), aponta que a base material do patriarcado não foi destruída, mesmo com todos os avanços em diversas áreas femininas.

[...] a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo entre os filhos, o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos (SAFFIOTI, 2004, p. 106).

De acordo com Santana (2010), percebe-se que no Brasil as décadas de 1960 e 1970 foram o marco do surgimento dos movimentos sociais, sendo eles: de estudantes, operários, feminista, contracultura e ambientalista. Liderando esses movimentos estavam homens e mulheres de gerações variadas, classes sociais, raças e etnias. Esses líderes foram alvo de perseguição, torturas e assassinatos. Na década de 1980 houve a influência do feminismo sobre outros grupos femininos que possuíam sua base construída na identidade de gênero, raça e classe.

De acordo com Cisne (2015), existe uma diferença entre movimento feminista e movimento de mulheres, a autora diz que todo movimento feminista é um movimento liderado por mulheres, mesmo que alguns poucos homens que se identificam feministas estejam integrados no movimento. Entretanto, nem todo movimento de mulheres é configurado feminista, o que diferencia os movimentos é o conteúdo reivindicado. Sendo assim, como movimento de mulheres, definia-se as lutas por demandas sociais e para melhores condições de vida e de trabalho das mulheres e por movimento feminista, definia-se as lutas contra opressão e liberdade das mulheres, levando em conta as questões de sexualidade, aborto, violência, autonomia, direitos civis e políticos.

Segundo Cisne (2015), no Brasil a história do feminismo e dos movimentos de mulheres se confundem, acontece um encontro de identificação das suas pautas, ainda que entre um movimento ou outro ocorra distorção nas bandeiras feministas, porém, pode-se dizer que ambos movimentos possuem o mesmo objetivo que é a luta das mulheres.

O que permite principalmente caracterizar o movimento feminista como movimento social é a sua duração. Quaisquer que sejam as intermitências da mobilização, as mulheres não cessaram de lutar coletivamente desde a Revolução Francesa. Ademais, esse movimento se enraíza nas contradições fundamentais da sociedade, nascidas tanto do desenvolvimento do

capitalismo como da persistência até hoje da dominação masculina, que se exprime na divisão sexual do trabalho. As mulheres se mobilizaram ora em nome da igualdade, ora em nome das suas diferenças, sempre contra as “injustiças” de que eram vítimas, reclamando ao mesmo tempo o direito ao trabalho, à educação, ao voto e também à “maternidade livre” desde o começo do século XX. Elas sempre reivindicaram sua identidade como seres humanos e sua liberdade (JOSETTE TRAT, 2009, p. 151 apud CISNE, 2015, p. 105).

Para Santana (2010), o feminismo no Brasil esteve vinculado com as mulheres que se posicionaram contra a ditadura, violação dos direitos humanos e algumas práticas de opressão e dominação, onde essas mulheres exigiam liberdade e igualdade. A revolução sexual e cultural dessas mulheres aconteceu quando elas começaram a deixar as atividades de dentro de casa para trabalhar fora e estudar, construindo outros relacionamentos fora do ambiente doméstico e casamento, como participação de movimentos políticos e sindicatos. As mulheres que se inseriram nesses movimentos sofreram preconceitos sendo acusadas de desviar os bons costumes e culpabilizadas pelo rompimento de padrões de moral a qual as famílias se mantinham.

Seguindo esse mesmo raciocínio Cisne (2015), colabora quando diz que desde os primórdios da Revolução Francesa as mulheres em suas histórias se organizavam e lutavam por seus direitos para além do espaço doméstico. A luta dessas mulheres não era somente pela igualdade entre os sexos, elas lutavam por educação, pela inserção no mercado de trabalho renumerado, para participar da vida pública e política, ocorreu o período e que as mulheres se aproximaram das lutas sociais. Foi através dessas reivindicações que surgiu a primeira onda feminista, o movimento sufragista.

De acordo com Viana, Rosa e Lima (2019), o movimento das sufragistas teve início nas últimas décadas do século XIX, na Inglaterra, onde mulheres se juntaram para lutar pelo direito ao voto. Viana, Rosa e Lima (2019), citam Pinto (2010), quando apontam que as primeiras reivindicações das mulheres dessa primeira onda do movimento das sufragistas surgem com pedidos básicos, como direito ao voto e a participação política e por isso muitas mulheres que se manifestaram foram presas e fizeram greve de fome.

Já no Brasil as manifestações do movimento sufragista somente ganharam força na década de 1920, onde nessa mesma década o feminismo passa a ter uma dimensão nacional também com a luta pelo direito ao voto. As autoras Viana, Rosa e Lima (2019), novamente citam Pinto (2010), ao dizerem que “As sufragistas brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no

exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto”. Sendo assim, essas mulheres antes vistas somente como donas de casa e procriadoras, passaram a lutar e defender a igualdade moral e intelectual entre homens e mulheres, e por isso ambos deveriam ter as mesmas oportunidades de trabalho, estudo, e participação política, as sufragistas militavam em defesa da igualdade.

As autoras apontam uma crítica a esse período, quando afirmam que as pautas do movimento estavam ligadas a mulheres brancas e de classe média, não sendo pautas de inclusão formal e não penetrando na estrutura patriarcal e machista. Ainda que restringida, as conquistas formais causaram um impacto na estrutura de poder patriarcal, pois se tratava de um movimento inumerável de mulheres que ocupavam as ruas, praças, causando tensões e provocando mudanças.

Cisne (2015), fala da tendência do movimento composto por mulheres cultas e da elite brasileira, onde muitas saíram para estudar no exterior sofrendo influência do movimento sufragista que tinha grande visibilidade nos países da América Central. Com olhar liberal essa tendência não confrontava a desigualdade da mulher perante as vantagens do homem. Para melhor entendimento essa tendência buscava os direitos políticos para as mulheres sem precisar confrontar o patriarcado e o capitalismo como um sistema que explorava e oprimia as mulheres. Segundo a autora era um feminismo bem comportado que não confrontava os homens da elite, passava a ganhar inclusive o apoio deles.

[...] se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão somente porque esta se colocava como a luta do momento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um feminismo bem comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais (PINTO, 2003, p. 26 apud CISNE, 2015, p. 107).

Conforme Cisne (2015), a segunda onda se deu a partir de 1960 e foi denominada de feminismo difuso, expressa nas variadas manifestações da imprensa feminista alternativa. Formada por mulheres cultas, jornalistas, escritoras, mulheres com excelentes vidas públicas, que não somente reivindicavam direitos políticos, a luta delas era em defesa ao direito da educação, elas questionavam o domínio masculino e o interesse dos homens sobre as mulheres em deixá-las longe da esfera pública. Na segunda onda, assuntos polêmicos foram abordados, como sexualidade, divórcio,

opressão da mulher, a construção cultural de gênero e dominação. Cisne (2015), cita Pinto (2003, p.15), ao dizer que isso caracterizou "uma face menos comportada do feminismo brasileiro do início do século XX".

A década de 1970, segundo Cisne (2015), ficou marcada pelos movimentos feministas pelo reconhecimento de que a reivindicação da igualdade não é possível em um sistema patriarcal. Nesses anos onde é prolongado o movimento de contracultura, destacam a luta dos movimentos de liberação das mulheres não só pela reivindicação de novos direitos, mas de questionamento dessas mulheres do domínio político. Surge então a afirmativa "o privado é político".

A partir de 1990, de acordo com Marques e Xavier (2018), o movimento feminista vivencia terceira onda que é marcada pelo reconhecimento de uma pluralidade feminina, houve um processo de desconstrução universal da mulher, o movimento passou a ganhar novas correntes passando a considerar raça, classe e região. Após a segunda onda surgem questionamentos de que as mulheres negras e de classe baixa não se identificam as lutas anteriores, uma vez que a mulher negra tem realidade bem diferente da mulher branca. Com isso desenvolve-se na terceira onda o movimento feminista negro, pautado no preconceito racial que atinge a mulher negra que além de sofrer o preconceito por ser mulher, sofre duplamente por se negra. As autoras apontam também que na terceira onda surgem vertentes que representam mulheres com necessidades individuais como o movimento feminista lésbico, interseccional, transfeminismo entre muitas outras.

Conforme a contribuição de Cisne (2015), a terceira onda se manifesta através de um movimento anarquista e posteriormente no partido comunista, era um movimento composto por mulheres intelectuais e trabalhadoras, que militavam pela esquerda e faziam a defesa da libertação da mulher de uma forma radical, diferente das sufragistas, as anarquistas e as comunistas não se limitavam na luta pelos direitos políticos, elas enxergavam a questão da mulher como um aspecto organizador de um dos elementos estruturantes das desigualdades presentes nas relações de trabalho. Ao identificar que a dominação dos homens sobre as mulheres, tem como base a exploração, o feminismo passa a confrontar o patriarcado e o capitalismo, levando as mulheres anarquistas e comunistas a incitarem lutas contra as extensas jornadas de trabalho, diferença salarial e a exploração capitalista, passando a ter confrontos com a classe dominante.

Com isso, Cisne (2015), pontua que na medida que essas mulheres confrontavam poderes, eram somadas a uma perspectiva de feminismo mal comportado, se distanciando assim do feminismo bem comportado das sufragistas da primeira onda que não confrontavam os poderes e sim buscavam apoio neles, esse feminismo malcomportado da terceira onda era um feminismo de enfrentamento.

Santana (2010), cita Castells (1999), ao enfatizar que a compreensão do feminismo sobre o patriarcado se aproxima da ideia do autor que expõe:

As relações de desigualdades de gênero se sustentam nas estruturas do patriarcalismo que caracteriza-se “pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher, que permeia todas as organizações da sociedade, da produção do consumo, à política, à legislação e à cultura. Além desses lugares, o patriarcado expressa-se também no campo do discurso, da linguagem, da subjetividade e símbolos. Essas manifestações permeiam as relações sociais dentro e fora do espaço doméstico/privado” (SANTANA, 2010, p.77 apud CASTELLS, 1999, p. 169).

Segundo Santana (2010), no Brasil a conquista de direitos civis, sociais e políticos para as mulheres aconteceu devido ao movimento feminista, sendo esse o responsável por grandes reivindicações, a autora diz que foi através do movimento feminista que surgiram ideias transformadoras e decisivas nas relações entre homens e mulheres. Várias foram as conquistas para as mulheres como o direito ao voto, ao divórcio, maior inclusão no mercado de trabalho e o direito da mulher ter o controle sobre o próprio corpo nas questões de sexualidade, saúde e concepção.

[...] pode-se considerar que o feminismo brasileiro esteve presente e articulado, com mulheres se posicionando contra a ditadura, violação dos direitos humanos e outras práticas de opressão e dominação, exigindo liberdade e igualdade de direitos. Estes anos foram marcados pela revolução sexual e cultural das mulheres, elas começaram a sair do espaço doméstico para estudar, trabalhar, construir relações fora do casamento e participar de sindicatos e partidos políticos dentre outros. Na condição de sujeitos das ações ou de contribuintes, podemos elencar que as mulheres foram vítimas de preconceitos, acusadas de desviar os “bons costumes” e responsabilizadas pela ruptura dos padrões da moral vigente, sob os quais se mantinha a organização familiar (SANTANA, 2010, p. 77).

Fontenele-Mourão (2006), afirma que no processo de industrialização do século XIX, aconteceu o reconhecimento da mulher no mercado de trabalho, sobretudo, como assalariada. E com a inserção da mulher no mercado de trabalho, ela passa a dividir as atividades domésticas com o marido ou com escolas, creches e outros, fazendo com que o pai participe na educação dos filhos e cuidados com a casa. A autora ainda afirma que nos últimos vinte anos a mulher conquistou um espaço maior no mercado de trabalho e que a mão-de-obra feminina ficou superior à dos homens. Sendo assim,

mesmo com tantas mudanças Coelho (2006), aponta que a questão da desigualdade de gênero ainda prevalece, contudo, repensada.

Uma observação feita por Sarti (2005), é a questão de respeitar as proporcionalidades das responsabilidades dentro do ambiente doméstico. A autora aponta que para a mulher trabalhar não é um problema, pois é acostumada, entretanto manter respeito e a autoridade praticada pelo homem é exceder um espaço simbólico enraizado.

Cumprir o papel masculino de provedor não se configura, de fato, um problema para a mulher, acostumada a trabalhar, sobretudo quando em precisão; para ela o problema está em manter a dimensão do respeito, conferido pela presença masculina. Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um 'chefe masculino'. Isto significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se alteram (SARTI, 2005, p.67).

Wagner (2005), relata que a mulher mesmo trabalhando fora, acumula funções e responsabilidades de cuidados com a casa e filhos com as novas responsabilidades de sustento. Por vezes o preconceito de gênero se mistura ao preconceito das tarefas, ficando algumas tarefas consideradas femininas e outras masculinas. O homem exercendo o trabalho doméstico é visto como um "ajudante" da mulher e não como responsável no cuidado pela casa.

De acordo com Coelho (2002), a colocação da mulher no mercado de trabalho e sua batalha por direitos iguais aos dos homens é resultado de modificações que aconteceram na família, contudo, a mulher ainda amarga preconceitos referentes a salários, cargos menores que sua formação, assédios e questionamentos do tipo se é casada quando terá filhos e se está solteira quando irá se casar. Porém, quando essa mulher se insere no mercado de trabalho e conquista seu espaço, ela alcança várias realizações pessoais.

Segundo Coelho (2002), homens e mulheres são renumerados diferentemente no mercado de trabalho, o rendimento gerado pelo trabalho feminino é considerado como um complemento no orçamento doméstico.

A entrada da mulher no mercado de trabalho é considerada um fator importante e as crises econômicas do país, a precarização do trabalho e a mão-de-obra feminina não foi reduzida, pois ao contrário elas estão sendo inseridas e se firmando gradativamente. Entretanto, com o aumento da demanda, cresceu o desemprego feminino tanto quanto o masculino (COELHO, 2002, p. 65).

Saffioti (2013), quando fala do trabalho precarizado, nos traz a contribuição de que as mudanças ocorridas com o surgimento do capitalismo industrial, evidencia-se as atribuições econômicas das mulheres que passam a desenvolver atividades fora de casa, ofuscando seu papel nas atividades do ambiente doméstico.

Diante disso Sarti (2005), traz o seguinte destaque:

Quanto ao trabalho remunerado da mulher, por mais secundário que seja seu lugar na família, o fato é que ela frequentemente trabalha, ainda que intermitentemente, dividindo com os filhos as entradas e saídas do mercado de trabalho, de acordo com as necessidades e possibilidades da família. Diante do fato histórico de que a mulher pobre sempre trabalhou remuneradamente, o trabalho feminino inscreve-se na lógica de obrigações familiares e é motivado por ela, não necessariamente rompendo seus preceitos e não obrigatoriamente configurando um meio de afirmação individual para a mulher (SARTI, 2005, p. 99).

Freitas (2000), enfatiza que após anos de dúvidas sobre a divisão sexual de papéis, a imagem da mulher passou a ser de fortaleza, de mãe guerreira, tornando-se comum a presença e luta por parte da mulher. O papel da mulher na família está em constante construção, entretanto, a mulher é destaque e possui um lugar de poder acrescido de obrigações fora do ambiente doméstico.

Sobre as condições de trabalho das mulheres e as funções que elas desempenham na família, Saffioti (2013), destaca que nem Marx nem Engels, mesmo com seus estudos detalhados não conseguiram encontrar uma solução para o problema das mulheres.

[...] consequências que a dura existência da mulher trabalhadora encerra para a educação dos filhos, para a autoridade dos pais, para a moralidade da família [...]. Entre um sistema produtivo de bens e serviços e a marginalização de uma categoria de sexo em relação a ele, medeia a estrutura familiar na qual a mulher desempenha suas funções naturais e mais a de trabalhadora doméstica e socializadora dos filhos (SAFFIOTI, 2013, p. 115-124).

Tratando-se de educação escolar, segundo Samara (2002), no Brasil, até 1879, as mulheres não podiam cursar o ensino superior, só tinham direito de estudar o ensino fundamental. Foi em 1930, que aconteceu a entrada significativa de mulheres em universidades, sendo essas mudanças no contexto social da época iniciadas pelas classes abastadas.

Diante deste contexto Saffioti (2013, p. 303), destaca que "adicionou-se a manutenção de um ensino secundário mais aquisitivo do que formativo, voltado para o ensino superior e privilégio das camadas abastadas".

Cisne (2004), cita Bruschini (2000), quando apresenta a violência de gênero que acomete as mulheres no mundo do trabalho, as desigualdades que constroem essas mulheres mesmo com ensino superior, pois existe o preconceito relacionado a profissões que são consideradas femininas.

[...] as trabalhadoras continuam concentradas em atividades do setor de serviços e no segmento informal e desprotegido do mercado de trabalho, seja no emprego doméstico não-registrado, seja na atividade por conta própria, no familiar não-remunerada ou na domiciliar. Condições precárias de trabalho – como baixos índices de registro em carteira e de contribuição para a Previdência Social podem ser definidas como características de pelo menos metade da força de trabalho feminina. Os afazeres domésticos continuam sendo considerados como inatividade econômica, embora mantenham ocupadas boa parte das mulheres. As mais qualificadas predominam em empregos tradicionais femininos, como o magistério, a enfermagem e o serviço social. Os baixos salários e as desigualdades entre elas e os colegas continuam a fazer parte do seu mundo do trabalho. Nada disso parece ter sofrido grandes mudanças (CISNE, 2004, p. 143, apud BRUSCHINI, 2000, p. 56).

Sobre este processo de feminilização das atividades de ocupação profissional desenvolvidas pelas mulheres, Blay (1975), contribui:

Assim a mulher universitária, que trabalha na indústria, é principalmente farmacêutica, química, assistente social, nutricionista ou advogada. Não ocupa cargos de direção ou gerência. [...] Nos cargos não universitários, mas qualificados, o domínio da atividade feminina são os cargos de secretária (BLAY, 1975, p. 9)

Ainda de acordo com Blay (1975), muito se questiona sobre o papel da mulher na sociedade. Se a mulher trabalha ou não, se estuda ou não, ou o que a mulher estuda, mas o papel de esposa, mãe e dona de casa, sempre é esperado que a mulher desempenhe com maestria.

Atualmente segundo Rocha-Coutinho (2010), a nova geração de mulheres possui características específicas, desde cedo buscam independência financeira, dedicam mais tempo em estudos e na carreira profissional, estão sempre em aperfeiçoamento, tanto que casar e ter filhos não mais é colocado como prioridade para essas mulheres.

Para Fontenele-Mourão; Galinkin (2008), muitas mudanças ocorreram para as mulheres com a sua capacidade em ganhar dinheiro, com o poder econômico maior, a mulher retirou do homem o poder pleno sobre decisões da família, a mulher ficou menos passiva. Sendo notável uma forte mudança na organização familiar, ao passo que o homem deixa de ser o único provedor e a mulher a única responsável pelas atividades domésticas.

Para Beauvoir (2009), a mulher desde o seu nascimento é vista como o sexo frágil, quando criança é repreendida na maneira de sempre se comportar, a aprender tarefas domésticas e etiquetas para arranjar um bom marido e ser boa esposa, já os meninos sempre incentivados a masculinidade, não cresciam destinados a aprender a ser um bom marido, mas sim a se desenvolver e se preparar para o mundo dos negócios. Quando a menina amadurece, a repressão para a ser relacionada a sexualidade, fazendo-se entender que a mulher só deveria manter relação sexual após o casamento, sendo como um prêmio ao marido em detrimento ao seu próprio prazer.

Segundo Beauvoir (2009), uma vez que isso é concebido, a mulher passa a ser subordinada ao marido que passa a considerar a mulher como sua propriedade. Vinculado ao casamento surge a condição da maternidade e toda responsabilidade atrelada aos cuidados com o filho e afazeres de casa. Isto posto, na sociedade, a mulher se torna dispensável e não exige reciprocidade em relação ao homem, tendo como papéis de mãe, amante, cuidadora do lar e recatada, sempre atendendo às demandas do homem, em uma natureza submissa.

As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano. Educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de ser apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais. É, pois, necessário estudar com cuidado o destino tradicional da mulher. Como a mulher faz o aprendizado de sua condição, como a sente, em que universo se acha encerrada, que evasões lhe são permitidas, eis o que procurarei descrever. Só então poderemos compreender que problemas se apresentam às mulheres que herdeiras de um pesado passado, se esforçam por forjar um futuro novo (BEAUVOIR, 2009, p. 7).

Beauvoir (2009), destaca a importância de a mulher assumir autonomia de sua vida e a melhor maneira de se fazer isso é a inserção no mercado de trabalho o que lhe garante independência. A autora ainda aponta como é importante a mulher decidir ou não pela maternidade e a decisão de fazer um aborto, além da possibilidade do prazer sexual, sem que o sexo seja condicionado a subordinação da mulher.

Em sua publicação, *O Segundo Sexo*, em 1949, Beauvoir (2009), formulou a frase fatal: "Não se nasce mulher, torna-se mulher", para permitir uma divisão da ideia de sexo, denominado somente ao físico ou gênero, nomeado por ela como sexo vivido e percebido como um composto de fatores culturalmente e socialmente baseado no sexo. Assim sendo, faz um convite as mulheres a não serem submetidas a alienação

da feminilidade, causando a objetificação a qual essas mulheres são impedidas de se tornarem protagonistas de si mesmas.

No próximo item será apresentada a metodologia de pesquisa, onde compreende-se a trajetória percorrida para concretização da pesquisa, apontando o tipo de pesquisa utilizada, seu local de realização, bem como os métodos de coletas de dados e por fim o tratamento dos dados, ou seja, a forma na qual os dados foram analisados.

3 METODOLOGIA

A metodologia descreve o caminho que o pesquisador vai percorrer durante o processo de pesquisa. É imprescindível que se coloque de forma precisa e clara tudo que se pretende fazer. É definida assim por Minayo (2001):

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas [...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador [...]. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática (MINAYO, 2001, p. 16).

“Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos” (DEMO, 1985, p. 19).

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo geral identificar os desafios enfrentados pelas mulheres em situação de rua e como objetivos específicos identificar as principais causas que levam as mulheres a estarem em situação de rua; identificar as relações com a família e amigos e identificar as relações com o trabalho.

Segundo Minayo (2001):

Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e atualiza frente a frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (MINAYO, 2001, p. 17).

Gil (2002, p. 17) define pesquisa como o:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Para esse trabalho foi utilizado o tipo de pesquisa exploratória que “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41).

Conforme Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo principal aprimorar ideias e descobrir as intuições, sendo bem flexível, ao passo que possibilita o pesquisador considerar todos os aspectos pertencente ao conteúdo estudado.

A abordagem utilizada nesse trabalho foi a qualitativa, que “[...] na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.[...]” (GOLDENBERG, 2004, p. 14).

A pesquisa foi realizada no Centro de Referência especializado para População em situação (Centro POP) - Vila Velha (ES), que [...] previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constitui-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de natureza pública e estatal. [...] o Centro POP volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (BRASIL, 2011, p.41).

As ações desenvolvidas pelo Centro POP e pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem integrar-se às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas - saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional - de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida (BRASIL, 2011, p.10).

O Centro POP Vila Velha tem seu funcionamento de segunda a sexta no horário das 07h00 às 17h00, nesse período possibilita que a população em situação de rua passe o dia no equipamento e utilize serviços como, banho, refeições, lavanderia, sanitários, emissão de documentos e atendimentos psicossociais. Os serviços ofertados pelo Centro de Referência especializado para População em situação (Centro POP) são: Serviço Especializado para Pessoas em Situação de rua e Serviço Especializado em Abordagem Social.

O Centro de Referência especializado para População em situação (Centro POP) Vila Velha é formado pela equipe técnica composta por: 4 (quatro) assistentes sociais, 4 (quatro) psicólogos, 9 (nove) educadores sociais, 3 (três) auxiliares de serviços gerais, segundo o coordenador da unidade.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram 18 (dezoito) mulheres em situação de rua, já que se trata de um estudo sobre os desafios enfrentados por essas mulheres.

Para termos um contato inicial, antes de realizar as entrevistas, houve um encontro com o coordenador do Centro POP Vila Velha, e com a Assistente Social responsável pela Abordagem Social, para conhecermos a instituição, os profissionais e realizar um planejamento prévio com os dias e horários das entrevistas com as usuárias (mulheres em situação de rua).

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista, que segundo Goldemberg (2003): “[...] o pesquisador entrevista as pessoas que parecem saber mais sobre o tema estudado do que quaisquer outras [...]” (GOLDEMBERG, 2003, p. 85) “[...] A entrevista ou questionário são instrumentos para conseguir respostas que o pesquisador não conseguiria com outros instrumentos” (GOLDEMBERG, 2003, p. 90).

De acordo com Gil (2002):

[...] entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade. Tanto é que pode assumir as mais diversas formas. Pode caracterizar-se como informal, quando se distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados. Pode ser focalizada quando, embora livre, enfoca tema bem específico, cabendo ao entrevistador esforçar-se para que o entrevistado retorne ao assunto após alguma digressão. Pode ser parcialmente estruturada, quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. Pode ser, enfim, totalmente estruturada quando se desenvolve a partir de relação fixa de perguntas [...] (GIL, 2002, p. 117).

A técnica utilizada na entrevista foi a despadronizada ou semi-estruturada, nessa etapa foi utilizado um aparelho de celular com um aplicativo de gravador de voz para uma melhor análise qualitativa em relação às falas das mulheres entrevistadas, pois: “para maior fidelidade e veracidade das informações. O uso do gravador é ideal, se o informante concordar com a sua utilização” (LAKATOS, 2003, p. 200).

Tratando-se da entrevista semi-estruturada, ela é utilizada “[...] quando o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 197).

Diante disso, foi feito e utilizado um roteiro com perguntas (Apêndice A), que serviram como orientação na hora da entrevista, entretanto houve uma liberdade para eliminar ou fazer perguntas diferentes das que se encontravam no roteiro. As entrevistas foram

realizadas no mês de novembro de 2021.

Quanto as mulheres entrevistadas, foram entregues o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice D), contendo a justificativa e os objetivos da pesquisa.

O tratamento dos dados compreende na interpretação dos dados coletados, que de acordo com Gil (2002, p. 88), “Como em boa parte dos casos os documentos a serem utilizados na pesquisa não receberam nenhum tratamento analítico, torna-se necessária a análise de seus dados. Essa análise deve ser feita em observância aos objetivos e ao plano da pesquisa”.

Com a finalidade de atingir os objetivos desse trabalho, é fundamental tratar e analisar os dados coletados em que:

O processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Após, ou juntamente com a análise, pode ocorrer também a interpretação dos dados, que consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente (GIL, 2002, p. 125).

Utilizamos de procedimentos éticos observados na resolução nº 510/2016, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e determina que:

O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa (BRASIL, 2012).

As normas regulamentadoras da Resolução 510/2016 destacam ainda que as pesquisas com seres humanos devem:

Prevê procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou econômico-financeiros (BRASIL, 2012).

Os resultados obtidos foram analisados de forma a iluminar a discussão acerca do tema proposto e auxiliar nas considerações finais do trabalho.

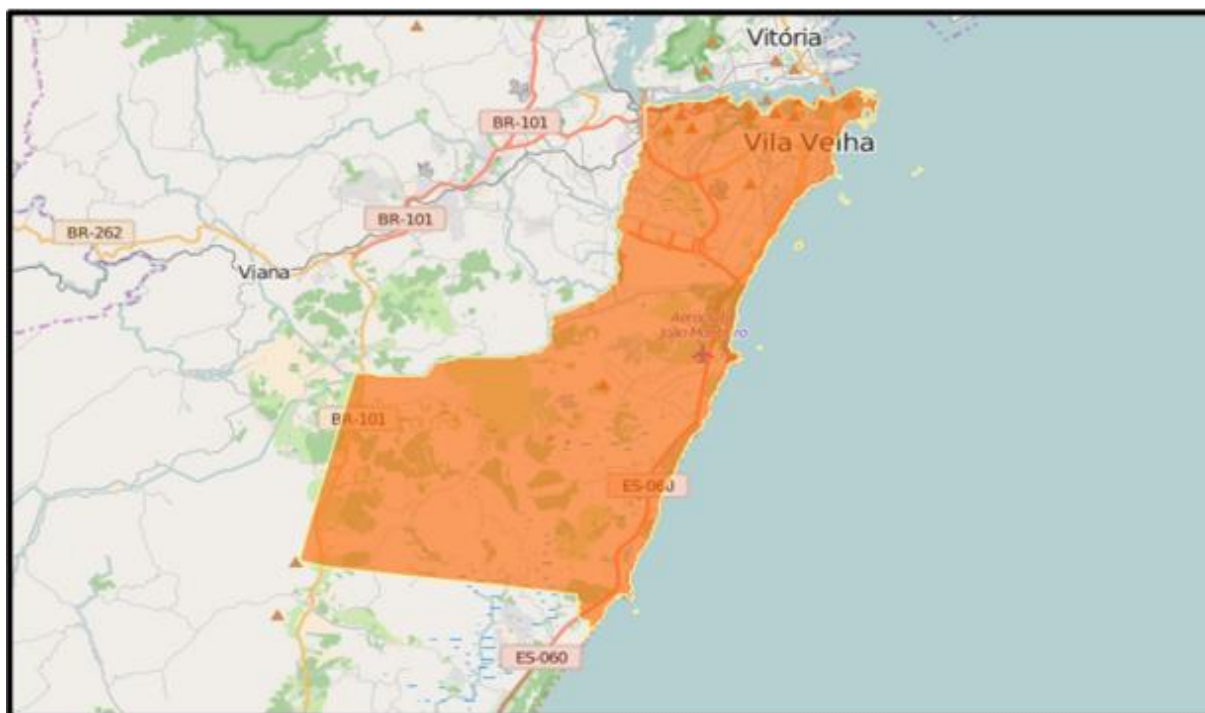
4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Este item traz a caracterização do município de Vila Velha (ES), e algumas características do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) - Vila Velha (ES), local onde foi realizada a pesquisa deste trabalho.

4.1 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

Vila Velha é o município mais antigo do Espírito Santo, em 23 de maio de 1935, Vila Velha foi fundada pelo português Vasco Fernandes Coutinho e até 1949 era chamada de Vila do Espírito Santo, quando então a capital foi transferida para Vitória e o município de Vila Velha passou a ter o nome atual. O município de Vila Velha ocupa uma área de 209,965 km² e está localizado no litoral do Estado do Espírito Santo, na região Sudeste do país, integrante da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), formada pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Vitória, Viana e Vila Velha (VILA VELHA, 2021).

Figura 1 - Mapa Territorial do Município de Vila Velha (ES)



Fonte: IBGE, acesso em: 01 de out. 2021.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021) o município de Vila Velha contava em 2010 com uma população de 414.586 habitantes. A estimativa de população em 2021 é de 508.655 habitantes. Esse crescimento sugere o município como em desenvolvimento econômico fazendo com que sua população aumentasse em 94.069 habitantes em 11 anos.

De acordo com Vila Velha (2019), o município de Vila Velha possui o Produto Interno Bruto (PIB), em R\$ 10,9 bilhões no ano de 2017, e está colocada entre os 100 municípios com as melhores economias do país e o terceiro no Espírito Santo. A economia da cidade é regida principalmente pelo setor de serviços, com 72,30% do PIB, 17% subsídios sobre produtos e 11% da indústria.

O município se divide em 5 regiões administrativas, sendo elas Região I (Centro); Região II (Grande Ibes); Região III (Grande Aribiri); Região IV (Grande Cobilândia) e Região V (Grande Jucu).

O município de Vila Velha possui ao todo 17 secretarias⁵ da Prefeitura Municipal de Vila Velha para realização de vários serviços e atendimentos, onde neste trabalho destaca-se a Assistência Social (VILA VELHA, 2021).

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Vila Velha tem como missão: “coordenar, formular, executar e supervisionar programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estruturando o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no âmbito do Município” (VILA VELHA, 2021).

Desta forma a política municipal de Assistência Social, compreende no âmbito da proteção social básica os seguintes equipamentos⁶: 6 (seis) unidades de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centros de Convivências; Casa dos Conselhos. Na proteção social especial de média complexidade compreendem os

⁵ Secretaria de assistência Social, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Controladoria Geral, Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Secretaria de administração e Planejamento, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade, Secretaria de Drenagem e Saneamento, Secretaria de Educação, Secretaria de Finanças, Secretaria de Governo, Secretaria de Infraestrutura, Projetos e Obras, Secretaria de Prevenção, Combate à Violência e Trânsito, Secretaria de Procuradoria Geral, Secretaria de Saúde, Secretaria de Serviços Urbanos (VILA VELHA, 2021).

⁶ É importante ressaltar que sobre a quantidade de equipamentos que o município de Vila Velha possui, foi feita apenas a descrição dos mesmos, não tendo o objetivo de fazer uma crítica a respeito dos equipamentos e quantidades.

seguintes equipamentos: Centro de Referência no Atendimento Especializado à Mulher em Situação de Violência de Vila Velha (CRAMVIVE); 2 (duas) unidades de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e o Centro Pop. Ao que se refere a proteção social especial de Alta Complexidade que compreende os serviços de Acolhimento Institucional como: Abrigo Institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva (VILA VELHA, 2021).

A seguir serão apresentadas algumas características específicas do Centro de Referência especializado para População em situação de Rua (Centro POP) - Vila Velha, local onde foi realizada a pesquisa.

4.2 CAMPO DE PESQUISA: CENTRO POP VILA VELHA

Segundo Brasil (2011, p. 41), o Centro de Referência Especializado para a População em situação de rua (Centro POP) - Vila Velha está previsto no Decreto nº 7.053/2009 e também na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, é constituído em uma unidade de referência da PSE de média Complexidade, o Centro POP está voltado especificamente ao atendimento especializado a população em situação de rua, obrigatoriamente ofertando o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

De acordo com Brasil (2011, p. 67), destinado a pessoas que fazem uso das ruas como espaço de moradia ou para sobrevivência o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua tem como finalidade assegurar um acompanhamento especializado para o desenvolvimento do usuário, para que aconteça um resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos com seus familiares e sociedade, através da construção de novas possibilidades e projetos que venham viabilizar o passo a passo para que esse indivíduo deixe a situação de rua.

O Centro POP Vila Velha fica localizado na Avenida Gonçalves Lêdo, 16. Bairro Divino Espírito Santo, Vila Velha (ES), tem seu funcionamento de segunda a sexta no horário de 07h00 às 17h00.

[...] a implantação do Centro POP, tanto no que se refere à definição de sua localização, espaço físico e recursos humanos, quanto ao quantitativo de unidades a serem implantadas na localidade. Para tanto, deve considerar o reconhecimento do território, com suas especificidades e características de ocupação. Nesse sentido, a implantação da Unidade deve ser precedida da elaboração de um diagnóstico socioterritorial que identifique as áreas de maior concentração e trânsito dessa população, bem como sua dinâmica de movimentação (BRASIL, 2011, p. 43).

Atualmente, o equipamento⁷ atende em média de 70 assistidos/dia na oferta de alimentação, demandas como: Plano Individual de Atendimento, documentação, encaminhamentos, entre outros. As refeições têm sido ofertadas na área de convívio, respeitando todos os protocolos de saúde e distanciamento social⁸. Acessam no máximo 10 assistidos, que utilizam as mesas para se alimentar.

É exigido uso obrigatório de máscaras, uso de álcool em gel e limpeza de mesas e cadeiras após a utilização do assistido, café da manhã: 07h00 (ao acessar a refeição o assistido se cadastra para acessar as demais refeições), almoço: 12h00 às 12h30 (respeitando a lista de cadastro diário), café da tarde: 15h00 às 15h30, jantar: 16h30 às 17h00.

Os usuários acessam o bebedouro interno respeitando as normas de distanciamento social. A equipe orienta o uso de garrafas descartáveis para que não seja utilizado o bebedouro diretamente pelo assistido.

A área de convívio ainda permanece aberta apenas para uso dos assistidos para alimentação, banho e lavagem de roupas. O acesso continua sendo de dois em dois (um homem e uma mulher) e determinação de tempo (10 minutos cada), sendo controlados pelo serviço de Portaria e pelo Educador Social. São ofertados itens como: shampoo, condicionador, sabonete, sabão para lavagem de roupas, pasta de dente, escova de dentes, desodorante e roupas para os assistidos que acessam o serviço, também são fornecidos pela equipe de educadores máscaras em tecido e máscaras descartáveis.

⁷ Em relação a caracterização, aos serviços ofertados no Centro POP e a composição da equipe técnica, as informações foram provenientes da coordenadora do Centro Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) Vila Velha.

⁸ A pandemia de Covid-19 teve início no Brasil em fevereiro de 2020, trazendo mudanças na rotina dos brasileiros e fazendo com que fossem adotadas medidas de segurança como o distanciamento social, uso de máscaras, uso de álcool em gel para diminuir os casos de contaminação e disseminação da doença.

O espaço físico do Centro POP deve ser exclusivo e, assim como os recursos humanos, deve ser compatível com os serviços ofertados, com as atividades desenvolvidas e, também, com o número de usuários atendidos. É importante que, além de comportar os serviços ofertados, o espaço físico da Unidade represente para os usuários um espaço público de bem-estar, cooperação, construção de vínculos e concretização de direitos, ou seja, um lugar de referência para o exercício da cidadania e o fortalecimento do protagonismo por parte da população em situação de rua (BRASIL, 2011, p. 49).

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) Vila Velha, é equipado com 1(uma) recepção de atendimento inicial, 1 (uma) sala da coordenação e para reunião de equipe, 1 (uma) sala para atendimento individual, espaço para atividades coletivas, copa/cozinha, banheiros masculinos e femininos adaptados para pessoas com deficiência, 1 (um) refeitório, lavanderia para lavar e espaço para secar as roupas, armários individuais para os usuários guardarem seus pertences e o Centro o POP também pode ser usado como endereço de referência para o usuário e os serviços ofertados pelo equipamento são: Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e Serviço Especializado em Abordagem Social.

Conforme avaliação e planejamento prévio da gestão local, o Centro POP poderá também ofertar o Serviço Especializado em Abordagem Social, desde que esta oferta não incorra em prejuízos ao desenvolvimento do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e, ao mesmo tempo, seja, no contexto local, a Unidade mais adequada para se responsabilizar pela abordagem social nos espaços públicos (BRASIL, 2011, p. 42).

O Centro de Referência especializado para População em situação de Rua (Centro POP) Vila Velha é formado pela equipe técnica composta por: 4 (quatro) assistentes sociais, 4 (quatro) psicólogos, 9 (nove) educadores sociais, 3 (três) auxiliares de serviços gerais, segundo o coordenador da unidade.

“Em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constituem público deste Serviço: jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência” (BRASIL, 2011, p. 75).

No próximo item será apresentado o resultado dos dados coletados através da entrevista com as mulheres em situação de rua usuárias do Centro POP Vila Velha (ES).

4.3 MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

O objetivo geral desse estudo foi identificar as principais causas que levam as mulheres a estarem em situação de rua.

No campo de pesquisa encontramos diversas dificuldades para a coleta de dados, pois, as entrevistadas responderam de forma sucinta e isso dificultou a análise aprofundada do material coletado. A maioria das entrevistadas ficaram acanhadas e receosas de responder as perguntas, mesmo explicando o objetivo da pesquisa e com a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e esclarecendo as dúvidas das mesmas.

Para execução desta pesquisa foi necessário escolher aleatoriamente dezoito (18) mulheres que foram entrevistadas. Aos entrevistados foram apresentados todos os objetivos desta pesquisa através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e os mesmos assinaram nos autorizando a utilizar todos os dados coletados. Desta forma, esta pesquisa esteve dentro de todos os processos éticos. No momento da entrevista foi utilizado o gravador com consentimento do entrevistado.

Para a análise dos dados coletados com as mulheres foram considerados quatro (4) categorias.

4.3.1. Principais desafios enfrentados pelas mulheres em situação de rua

São muitos os desafios enfrentados pelas mulheres em situação de rua, o simples fato de ser mulher já a coloca em situação de vulnerabilidade, a mulher em situação de rua está exposta a todos os tipos de violências e preconceitos relacionadas à dominação masculina.

Conforme Tiene (2004), o homem com caráter dominador se assegura através dos privilégios masculinos e como o corpo da mulher foi historicamente submisso ao homem, isso fortifica a construção social da desigualdade entre homens e mulheres e as conseqüentemente as violências que derivam dessa desigualdade.

[...] o que me assusta mais é a violência nas ruas, por que esses dias eu estava na rua e atiraram, não era pra mim, mas pegou em mim, então a violência na rua me bota bastante medo (ENTREVISTADA 8).

O maior desafio de ficar nas ruas pra mim é o terror nas noites, medo de ser estuprada (ENTREVISTADA 11).

[...] quando estou sozinha as dificuldades são muito grandes, tanto em pegar uma carona, tanto em arrumar meu canto pra dormi no chão, é.... os homens acham que tem muita liberdade quando vc está sozinha, acham que pode chegar, e chegam propondo ajuda, geralmente e na verdade a ajuda sempre vem com segundas intenções, com pagamento que no caso seria meu corpo (ENTREVISTADA 14).

Minha maior dificuldade de ficar na rua foi quando eu, é... ficava num lugar e confiei numa menina e teve um acidente na casa de fogo, foi quando eu fui pegada por um doido, foi isso, a maior dificuldade da minha vida foi essas duas vezes (ENTREVISTADA 15).

A entrevistada 17 relata que permanecer na rua intacta é um desafio o que caracteriza a vulnerabilidade que estar em situação de rua acomete as mulheres.

Permanecer na rua intacta é um desafio, porque um pequeno vacilo a gente é tomada, nós mulheres somos alvo mais fácil, porque o mundo já é “estamparado” na droga e na bebida, o homem ele bebe, ele usa droga, ele pode deitar ali que não vai dá nada, mas eu mulher, se eu beber e deitar o que vai ser de mim. Tem que ser vigilante, se você dorme de dia alguém te roba e de noite alguém te abusa, as ruas é muito dura (ENTREVISTADA 17).

Para Cisne (2012), todas as mulheres, independentemente de sua classe social sofrem algum tipo de violência e são oprimidas somente por serem mulheres, portanto, as opressões vivenciadas são diferenciadas de acordo com as condições materiais de cada mulher, logo a classe as divide.

Tiene (2004), caracteriza a mulher em situação de rua mais pobre e mais excluída do que o homem, principalmente a mulher negra é mais excluída do que a mulher branca, a autora relata que o desafio é entender que na diferença existente entre o corpo da mulher e o corpo do homem, o corpo da mulher é sempre mais submetido e excluído. A grande maioria das entrevistadas relatam que dormir nas ruas é o que mais as assusta e que as noites de frio e chuva são alguns dos momentos mais difíceis e desafiadores, se proteger da chuva e do frio, arrumar um local seguro e seco para repousar é uma tarefa árdua para essas mulheres.

Dormir na rua é o maior desafio porque pra gente que não tem costume né você fica assim com medo né, eu tenho muito medo, não consigo dormir né porque me passa muitas coisas na cabeça (ENTREVISTADA 1).

Estar na rua é o maior desafio pra mim, as noites na rua também, me assusta muito as noites porque dormir a gente não dorme, a gente cochila, a gente fica vigilante (ENTREVISTADA 3).

O frio, a chuva é muito ruim, nossa senhora (ENTREVISTADA 4).

Ah é quando chove e não tem lugar pra eu ficar e fico no frio (ENTREVISTADA 7).

Nossa, quando chove, eu já tenho um lurgazinho fixo (ENTREVISTADA 9).

A maior dificuldade e desafio é as noites de frio e chuva e vento, que nois não tem pra onde ir e a chuva cai na nossa cara e molha mesmo tudo (ENTREVISTADA 12).

[...] é o frio e a chuva, muita das vezes a gente dorme na rua, na chuva chovendo e tal e tal e tal e a gente tem que dormir num lugar que ali tá chovendo, molhado e você tá deitada ali e tá caindo a chuva em cima de você e não tem como você ir pra outro lugar porque você só tem ali pra você dormir (ENTREVISTADA 13).

A noite, o frio e a chuva (ENTREVISTADA 18).

As entrevistadas 10 e 13 relatam ser desafiador estar na rua e ter que conviver com o olhar de desigualdade e a invisibilidade frente a sociedade que também se manifesta como uma forma de hostilidade.

O maior desafio é olhar das pessoas pra gente, elas olham mais não enxergam a gente, é muita desigualdade sabe, isso dói no coração, nois somos seres humanos também (ENTREVISTADA 10).

O desafio é a desigualdade dos seres humanos com a gente, as pessoas que tem casa, comida, cama, trata a gente que é da rua totalmente diferente com outra pessoa que também tem casa, entendeu... e isso cria uma desigualdade muito grande e isso dói porque somos seres humanos, nós temos corações, bate o coração da gente, não tem pedra a gente tem coração, dói (ENTREVISTADA 13).

Conforme Silva (2009), o atual cenário neoliberal reproduz e aumenta a desigualdade social, associado a falta de garantias sociais, faz-se perceptível a fragilização dos vínculos empregatícios e familiares, o que contribui para o crescimento do fenômeno da exclusão social e da população invisibilizada.

Ainda de acordo com Silva (2009), a população em situação de rua é uma clara demonstração das desigualdades sociais do modo de produção capitalista e é ainda uma expressão evidente da questão social.

4.3.2 Causas que levam as mulheres a estarem em situação de rua

Em relação as causas que levam as mulheres a situação de rua observamos que todas as entrevistadas expressaram ter vivenciado fragilidade de vínculos familiares ao longo de sua história de vida. Seja ela por motivo de falecimento de entes queridos, por motivos de problemas conjugais, brigas e desentendimentos, uso de drogas, desemprego entre outros.

A fala da entrevistada 2 apresenta dois elementos que remetem ligação a situação de rua ao processo do uso de drogas e de desentendimentos com a família.

Desentendimentos com a família, eu usava droga, tem que ser sincera né... daí eu fiquei viúva, os desentendimentos só aumentaram e eu resolvi vir pra rua pra me permitir um tempo comigo mesma (ENTREVISTADA 2).

As falas das entrevistadas 3, 11 e 12 apontam os atritos e desentendimentos com a família o motivo de estarem na rua.

Na verdade, foi um atrito familiar, porque tenho uma casa de herança e os meus outros parentes tão, tão querendo também entendeu? Por isso tá causando um transtorno, porque eu não tô podendo entrar na minha própria casa, aí é por isso que eu vim parar na rua (ENTREVISTADA 3).

Estou nas ruas por causa de conflitos, brigas com a família (ENTREVISTADA 11).

Estou na rua por causa das brigas com a família, minha mãe e minha irmã (ENTREVISTADA 12).

Nesse sentido Santos (2009), cita Escorel (1999), quando afirma que:

O afastamento da família, elemento fundamental de apoio material, de solidariedades e de referência no cotidiano, permite uma primeira e basilar configuração da população de rua: é um grupo social que apresenta vulnerabilidade nos vínculos familiares e comunitários (SANTOS, 2009, p. 26 apud ESCOREL, 1999).

Santos (2009), aponta as principais causas de conflitos familiares que levam à ruptura de vínculos e laços afetivos:

[...] em geral são a orientação sexual do morador de rua, o alcoolismo, o consumo ou tráfico de drogas que influenciam não só a unidade familiar pelos conflitos, mas pelo desequilíbrio do orçamento doméstico; o envolvimento em assaltos ou outros crimes, conflitos de valores, a violência ou abuso sexual por parte de algum parente – pai, irmão, padrasto. Existem ainda aqueles que são expulsos de casa ou abandonados pela família por representarem um empecilho, um estorvo para os parentes. Dentre os quais estão os doentes mentais, alguns idosos e deficientes físicos que representam a parcela inativa da sociedade, portanto a família não tem perspectiva de que eles venham a contribuir nas despesas da casa, os custos com sua saúde são altos, além de, em certos casos, colocarem seus familiares em situações de risco. Ocorrem também situações em que os moradores saem de casa e se perdem, passando a habitar as ruas da cidade (SANTOS, 2009, p. 27).

A entrevistada 13 relata em sua fala a questão da orientação sexual ter sido o motivo de estar na rua.

É na verdade eu era homossexual e eu morava com a minha ex companheira e aí a gente se separou e eu não tinha condição de alugar uma casa e tal, eu e minha mãe a gente não se dava bem porque ela não aceitava minha orientação sexual, daí eu tive que vir pra rua (ENTREVISTADA 13).

Silva (2006), faz uma análise ao avaliar que os rompimentos ou fragilidade dos vínculos familiares vão além de problemas financeiros, existem outros fatores que levam ao rompimento ou fragilidade dos vínculos familiares, como brigas afetivas,

preconceito relacionado a orientação sexual, a não aceitação do uso de drogas e álcool.

Ao mesmo tempo que os desentendimentos e brigas familiares são fatores determinantes para levar as mulheres a situação de rua, também são esses mesmos motivos que as fazem permanecer nas ruas.

De acordo com as entrevistadas, nas ruas há maior liberdade do que no seu ambiente familiar, é na rua que a entrevistada 2 relata que pode se permitir um tempo e ficar offline. Conforme Santos (2009), a dimensão sociofamiliar precisa ser considerada como elemento fundamental para a saída do lar e passando a viver em situação de rua, haja vista que são os conflitos gerados no lar que levam ao rompimento dos laços familiares. É o que podemos evidenciar a partir das falas das entrevistadas abaixo:

Essa mesma situação de brigas me faz continuar na rua, porque não tenho pra onde ir, e em casa não quero encontrar minha mãe e irmã, e tem o marido da minha mãe que não é o meu pai e nois não se dá (ENTREVISTADA 12).

Eu quero ficar nas ruas porque eu me sinto livre da minha família, tenho liberdade para fazer o que eu quiser (ENTREVISTADA 11).

É ficar sem contato com ninguém que me conhece, é um tempo pra mim, é um offline, é eu ficar sozinha...é eu ainda não sei até quando, eu tô me permitindo um tempo pra mim, é eu conseguir ver o por do sol, é eu conseguir fazer minhas orações pela manhã, eu tô sobrevivendo (ENTREVISTADA 2).

De acordo com Costa (2005), ainda existem outros motivos que levam as pessoas a situação de rua, como aqueles que chegam as grandes cidades e não encontram trabalho, assim não podem pagar por uma moradia, andarilhos e pessoas que por estarem trabalhando em um subemprego onde o salário é insuficiente para garantir o seu sustento. Podemos identificar a afirmação de Costa na fala das entrevistadas a seguir:

[...] a gente saiu do Mato Grosso, eu sou do Nordeste só que fui pro Mato Grosso, já tava morando há dez anos e lá conheci meu esposo né, aí a gente casou, viveu lá eu fui para trabalhar, aí ele é daqui de Vitória, então as coisas, a situação lá não tava muito boa, o aluguel lá é muito caro, o custo de vida lá é muito caro. Você ganha um salário mínimo, você tem que sobreviver pagando aluguel de 600/700 reais, então tava muito difícil pra gente e ele tinha muita vontade de voltar pra cá né, então a gente resolveu né vamo meter a cara arriscar (risada), daí a gente veio pra cá, só que quando a gente veio pra cá a gente tinha só um pouco de dinheiro, daí o nosso dinheiro acabou né, então não tinha mais como a gente pagar algum lugar pra ficar até arrumar sei lá um serviço, alguma coisa pra gente poder arrumar um lugar e daí como acabou a gente teve que ficar na rua né, a gente chegou só tem três dias, no primeiro dia a gente dormiu na rodoviária, agora a gente tá dormindo na rua mesmo porque não tem como né (ENTREVISTADA 1).

[...] então eu comecei a viajar mesmo sem dinheiro, eu conheço vários estados agora já, estou indo p bahia, estou aqui de passagem porque é trajeto

pra ir pra bahia, e isso que me fez ficar em situação de rua (ENTREVISTADA 14).

Olha primeiramente, o que ta acontecendo comigo é um sonho que eu tinha desde criança, porque eu sou filha de um casal humilde de classe baixa, e eu tinha vontade de viajar, conhecer [...] quando chegou certo tempo eu virei pra minha mãe e falei com ela que eu tinha vontade de arrumar um emprego fora, só que ela falava que ninguém tinha emprego pra mim, só que como eu separei do pai dos meus filhos cedo não tinha casa, a gente morava de aluguel, aí eu deixei meus filhos com a minha mãe e vim, foi o primeiro estado, eu sou de Belo Horizonte, eu vim lutar por uma casa própria mas nunca que sai pra mim, e desde quando eu vim pra cá eu transferir meu título, porque eu gosto daqui, aqui é meu ponto de referência de trabalho, mas não é fácil não (ENTREVISTADA 16).

Escorel (2003), ressalta que: “a capacidade de sonhar é o que permite distinguir o movimento do migrante daquele da população em situação de rua”.

O migrante se move continuamente, pois está à procura de um futuro “melhor”, mas a população de rua perdeu sua habilidade de sonhar ou essa capacidade está envolta na névoa da embriaguez, que a faz acreditar ser possível o que a realidade lhe mostra, dura e cruamente, ser inatingível. As perspectivas de futuro estão bloqueadas e a vida está limitada a conseguir sobreviver (ESCOREL, 2003, p. 167).

Para Tiene (2004), o número crescente de migrantes indica que a cidade atrai as pessoas e faz com que elas se desloquem em busca de desejos e sonhos de dias melhores, mesmo com todo processo de exclusão-inclusão social cada vez mais evidente.

Em relação aos motivos aparentes das mulheres estarem em situação de rua, durante esta pesquisa podemos identificar que além dos conflitos familiares, também aparecem nas falas das entrevistadas o vício em drogas e álcool e por último a perda de entes queridos.

O vício, droga e cachaça, por isso estou na rua (ENTREVISTADA 18).

Estou na rua por causa do meu vício no crack (ENTREVISTADA 10).

A entrevistada 6 relata sobre a perda de seu pai com muita emoção quando cita que o pai era o ar que ela respirava.

A perca de meu pai, meu pai era minha vida, o ar que eu respirava era meu pai (ENTREVISTADA 6).

Já a entrevistada 7 relata que após o falecimento da avó entrou em depressão, não conseguindo mais ficar em casa e assim passou a ir para a rua.

Depois que minha avó morreu, eu entrei em depressão e não conseguir mais ficar em casa, minha avó morava em baixo e eu morava em cima (ENTREVISTADA 7).

A entrevistada 17, por sua vez relata a perda do filho que foi assassinado cruelmente, não especificou a causa, porém aponta como o motivo de estar em situação de rua.

O que me trouxe as ruas foi o assassinato do meu filho [...] a dor e a tristeza de perder meu filho de uma forma tão cruel me trouxe para rua (ENTREVISTADA 17).

Sobre o processo de perda e exclusão temos a colaboração de Tiene (2004, p. 145) que diz:

Esse processo de perdas e exclusões sucessivas, desencadeado pelas condições econômicas, políticas e sociais, torna as pessoas dependentes da rua para suprir todas as suas necessidades (aprendizagem, sobrevivência, cuidado com o corpo, relações afetivas, violência, morte), o que acaba justificando a realização de ações agressivas (roubo, brigas, drogas) e sua incapacidade de viver longe delas.

Segundo Tiene (2004), homens e mulheres possuem nas ruas a vida e as relações bastante estruturadas, existem normas e são construídos vocabulários próprios, assim como julgam por eles mesmos os comportamentos bons ou ruins, nas ruas as mulheres são tratadas de igual para igual.

4.3.3 Relações com a família e amigos

Para as mulheres que estão em situação de rua, manter uma relação com um parceiro é sinônimo de segurança, uma vez que a maioria delas disseram que possuem um companheiro. Dessa forma podemos entender que estar em uma relação amorosa seja uma estratégia dessas mulheres se preservarem fisicamente, haja vista a vulnerabilidade a que se expõem as mulheres que fazem da rua o seu espaço privado.

Eu tenho esposo a gente briga o tempo todo, mais a gente não se larga, ele deve gostar muito de mim porque dou trabalho a ele eu arrumo muita confusão, já levei muita facada em brigas que me meti (ENTREVISTADA 10).

Eu tenho um companheiro, nós divide a vida (ENTREVISTADA 11).

Eu tenho um companheiro que me ajuda e me esquenta nas noites de chuva (risada) meu cobertor de orelha como dizem (ENTREVISTADA 12).

Eu vivo com meu esposo, ele é deficiente e através dele eu parei de chorar e comecei a acreditar (ENTREVISTADA 17).

Segundo Tiene (2004), as mulheres em situação de rua possuem a necessidade de amparo em suas relações, pois sozinhas sentem-se mais expostas as violências existentes nas ruas, a autora em seu livro Mulher moradora na rua constata que para sua proteção as mulheres se vinculam a uma figura masculina na rua.

Vivo com meu esposo faz 5 anos já, a maior segurança que ele me dá é que ele pode ter todos os defeitos, mas tem uma qualidade que supera todas elas, ele não bate em mulé, pode ser feio, preto, viado, pobre, cachaceiro não tem nada, por eu ter crescido no meio da violência vendo meu pai batendo na

minha mãe e depois apanhar do meu ex marido, então hoje eu tendo essa pessoa é o que importa pra mim (ENTREVISTADA 8).

Vivo com meu marido, só nois dois. Cada dia num lugar, porque a gente que mora na rua não pode ficar todo dia no mesmo lugar, é estratégia nossa (Entrevistada 6).

Ainda de acordo com Tiene (2004, p. 153), as mulheres não vivem isoladas:

[...] elas não vivem sozinhas, têm um parceiro "marido", porque as relações de afeto, de amor e de entrega sexual parecem assumir um caráter vital nessa condição de vida: seja como forma de troca pela proteção, pelas próprias carências afetivas ou, ainda, pela disponibilidade de tempo e por ser alvo de disputa pelos homens, que se constituem em maioria na rua.

Segundo Silva (2009), as relações familiares antigas a situação de rua, influenciam as relações que as pessoas de rua estabelecem com a família, muitas vezes, os vínculos familiares não se restabelecem, porém, pode acontecer que uma nova família seja constituída através da forma de se relacionar com outras pessoas que também estão em situação de rua.

As entrevistadas a seguir relataram ter algum contato por telefone quando possível com a família e amigos fora da rua, relataram fazer visitas em datas comemorativas ou quando a saudade aperta.

Tenho contato com os meus sim, por telefone pra dizer que tá tudo bem (ENTREVISTADA 1).

Tenho, tenho, mas é muito assim superficial, eu prefiro ficar distante pra eles não acompanharem a minha caminhada e não ficarem com dó, sabe porque você vê uma pessoa de rua, você vai ficar com dó, ah não é um vagabundo, ah não é um usuário, ah não é um prostituto, então eu não quero deixar isso na mente deles, eu apareço, eu vou de encontro a eles quando eu quero, eu apareço em datas comemorativas (ENTREVISTADA 2).

Tenho contato sim, pessoalmente, ontem mesmo nós fomos a igreja e encontrei as vizinhas que moram na mesma rua que eu morava, foi uma benção (ENTREVISTADA 3).

Tenho contato, eles são daqui e eu vou até eles quando sinto saudade (ENTREVISTADA 5).

Tenho contato sim, eis vem aqui me ver, eu vou, vejo minha mãe, ligo, tem que ter contato. Tenho 4 filhos tudo casado, minha caçula vai fazer 21 (ENTREVISTADA 6).

Eu tenho um filho que fica com a minha mãe, tenho contato as vezes vou visitar na casa dela, só as vezes mesmo (ENTREVISTADA 11).

Tenho contato por telefone com a minha mãe (ENTREVISTADA 14).

Eu ligo pra meus filhos só (ENTREVISTADA 17).

Durante as entrevistas observamos que a maioria das entrevistadas manifestam a expectativa e o desejo de algum dia retomarem o convívio familiar, assim como também observamos que a fé está bem presente nos relatos dessas mulheres.

Tenho expectativa de voltar pra minha família em nome de Jesus, tenho é o meu objetivo, alugar minha casa, voltar com minha profissão, meu marido tem a profissão dele, ele trabalha, ele é pintor de casa, ele trabalha na mesma empresa tem uns dez anos, ele fica preocupado de ir trabalhar e eu ficar ali na rua sozinha né todas essas coisas que acontece que assusta a gente (ENTREVISTADA 3).

Sim, eu sonho tá na minha casa de novo, seja onde for queria ter meu barraquinho de novo, podia ser um comodinho só véi, mais eu queria ter meu barraquinho, é muito gostoso você ter sua casa entendeu, que na rua você dorme com medo (ENTREVISTADA 6).

Com certeza eu tenho expectativa, eu falo com Deus pra mim arrumar alguém, pq se eu ficar sozinha eu fico doida acabo me matando entendeu, e a única coisa que eu tinha era meus filhos que moram em Guarapari e tipo assim e eu vou lá em Guarapari ir vê e não vou ficar lá pra não atrapalhar a vida deles, e aqui eu sou sozinha, só tenho minha mãe e meu pai e minha tia que ela é mais agarrada comigo, a minha casa lá fica fechada, tem vezes que eu volto pra ficar de vez e não consigo, mas um dia eu volto sim (ENTREVISTADA 7).

A tenho expectativa, tenho sim e tenho fé em Deus (ENTREVISTADA 8).

Com certeza um dia eu volto pra viver com a família, em nome de Jesus (ENTREVISTADA 9).

Eu tenho sim esperança de um dia voltar para minha família com fé em Deus (ENTREVISTADA 10).

Um dia, não sei quando, mais eu tenho vontade de voltar para a minha família, mais sem brigas, sem confusão só quero ter paz (ENTREVISTADA 11).

Sim, uma grande expectativa porque assim como eu te disse que eu me retornei pra Jesus, ele vai me ajudar a voltar pra minha família, só que tudo é uma questão de tempo né, tudo é questão de tempo e esse tempo agora ainda não é o tempo, mas eu creio que em breve eu estarei com a minha família novamente (ENTREVISTADA 13).

Tenho, tenho sim se Deus quiser eu volto pra minha família (ENTREVISTADA 14).

Conforme Tiene (2004), “a vida e a morte adquirem outros valores de religiosidade nas ruas”.

Tiene (2004), cita Leodardo Boff quando fala da “função biológica da fé”. A fé como defesa da vida, no que ela tem de mais profundo e também na sua perspectiva infra estrutural: busca da comida, da casa, da proteção, é incentivo para as lutas populares” (LEONARDO BOFF 1979, apud TIENE, 2004, p. 141).

Ainda de acordo com Tiene (2004), para as mulheres em situação de rua manter a crença de que é forte e de que não está sozinha, que podem contar com a ajuda de Deus, faz com que as mulheres se tornem mais otimistas e fortes na ação de busca e conquista.

4.3.4 Relações com o trabalho

Silva (2009), ao relatar sobre as condições de trabalho da população em situação de rua de São Paulo, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte nos anos de 1995 até 2005, a autora aponta que essas pessoas tiveram experiências com outras atividades laborais diferentes das que exercem estando em situação de rua mesmo sendo essas atividades precárias.

Entre as 18 (dezoito) mulheres entrevistadas para essa pesquisa, 2 (duas) possuem o ensino superior completo, 1 (uma) o ensino médio completo e as outras 15 (quinze) possuem o ensino fundamental incompletos. As idades das entrevistadas variam entre 19 (dezenove) e 54 (cinquenta e quatro) anos, sendo 8 (oito) mulheres negras e 10 (dez) pardas.

Nos relatos das entrevistadas foram identificadas quais formas ocorrem a obtenção de renda após adentrarem em situação de rua. Dentre elas foram citadas a reciclagem e venda de balas e doces. Podemos observar nos relatos que antes da situação de rua essas mulheres trabalhavam como empregada doméstica, costureira, em padaria, posto de gasolina, supermercado e lanchonetes. Silva (2009, p.165) destaca que “na condição de rua, as relações com o trabalho tornam-se ainda mais precarizadas”.

Hoje eu tô reciclando, pegando latinha, melhor do que ficar se prostituindo, eu podia tá na rua você sabe disso, usando minha droga né, me prostituindo, mas não, não quero (ENTREVISTADA 2).

Eu sempre trabalhei, e eu sou viúva, eu tenho pensão e deixo com meus filhos, porque ajuda a pagar a faculdade deles, tenho 3 filhos e 2 netos, aí eu não pego nenhum centavo, já que eu estou na rua, eu deixo pra eles que eles pagam a faculdade, hoje eu trabalho com a reciclagem, antes eu era costureira (ENTREVISTADA 7).

Reciclagem, minha reciclagem hoje. Antigamente a minha fonte de renda era, eu trabalhava em casa de família, mas hoje é reciclagem (ENTREVISTADA 8).

Eu ganho meus trocados vendendo doces e as vezes com reciclagem, antes de eu vir parar nas ruas eu trabalhava na padaria (ENTREVISTADA 11).

Conforme a análise de Silva (2009), o trabalho que as pessoas em situação de rua realizam apresenta “relevância para o seu imaginário, estando associado à ideia de desenvolvimento, sucesso, acesso, poder e possibilidade de consumo” (SILVA, 2009, p. 170).

De acordo com Tiene (2004), mulheres e homens vivem o dia a dia nas ruas voltado para sua sobrevivência, fogem dos padrões reconhecidos, executam um trabalho informal, precarizado que se ajusta as suas necessidades imediatas como tomar um café com pão ou uma simples refeição.

Eu ganho meu dinheiro fazendo reciclagem, mas já tive trabalho antigamente eu trabalhei em posto de gasolina (ENTREVISTADA 12).

[...] no momento eu vendo bala. Antes eu trabalhava no Burguerking, já trabalhei no supermercado Perim também (ENTREVISTADA 13).

A única coisa que eu faço é reciclar (ENTREVISTADA 15).

Reciclagem e eu vendo bala eu também faço arte eu pinto a senhora conversando comigo, eu pinto o que eu ver, o que eu vejo eu ejeto (ENTREVISTADA 17).

Para Santos (2009), a população em situação de rua em sua grande maioria é composta por camadas mais pobres, onde essas pessoas não estudaram e não possuem qualificação profissional, sendo assim os vínculos de trabalhos estabelecidos já se encontravam em fragilidade mesmo antes de estarem em situação de rua.

De acordo com Behring e Boschetti (2011), a precarização da relações e condições de trabalho situam-se no processo de reestruturação produtiva e na hegemonia neoliberal que se deu a partir da década de 1970.

Diante disso, temos o apontamento de Lopes (2006), quando a autora diz que é importante desconstruir o preconceito muito propagado que a população em situação de rua é composta por mendigos e pedintes, pois aqueles que pedem dinheiro para sobrevivência constituem uma minoria, e que a maioria dessa população possui uma profissão, ainda que não estejam exercendo por algum motivo particular, porém, grande parte das atividades realizadas por essa população situa-se na chamada economia informal.

No discorrer dos relatos das entrevistadas 2 e 3 percebemos claramente o que Lopes (2006) aborda sobre a maioria dessa população possuir uma profissão mesmo sem estar exercendo.

Já tive emprego antes igual eu te falei, trabalhei com importação e exportação, fui despachante aduaneira, sou advogada, só não passei na prova da OAB, trabalhei na receita federal, na central de atendimento o cliente. Hoje eu tô reciclando, pegando latinha, melhor do que ficar se prostituindo, eu podia tá na rua você sabe disso, usando minha droga né, me prostituindo, mas não, eu quero... é uma roda gigante, eu tô qui em baixo agora, mas daqui a pouco eu subo, eu tava lá em cima e baixei até aqui, daqui a pouco eu subo, é desse "naípe" (ENTREVISTADA 2).

Faço unha, sobancelhas das meninas né, porque sou profissional nisso faz muitos anos, trouxe todo meu material, se você quiser ser minha cliente, mas tem muito preconceito com as pessoas de rua, antes de eu vir pra rua eu tinha bastante cliente, agora pelo preconceito muito pouco, mas é assim que ganho meu dinheiro (ENTREVISTADA 3).

As autoras Silva (2009) e Costa (2005), afirmam que as pessoas em situação de rua, são indivíduos que possuem origens e histórias de vidas diversificadas, entretanto possuem particularidades semelhantes que quando em algum momento de suas vidas, são acometidas por adversidades que as deixam vulneráveis passam a fazer uso das ruas como possibilidade de moradia e sobrevivência.

[...] Homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo algum infortúnio atingiu as suas vidas, seja perda de emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia (COSTA, 2005, p. 3).

Segundo Costa (2005), com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, poucas alternativas restam para as pessoas em situação de rua serem produtivas, os empregos formais cada dia mais em extinção e os subempregos são ocasionais, a autora afirma que a rua ainda é uma alternativa para essa população buscar a sobrevivência, em muitos casos a ida para as ruas é a única forma desesperada que o indivíduo possui em buscar sustento para si e para família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral identificar os desafios enfrentados pelas mulheres em situação de rua. Além disso, foi proposto como objetivos específicos identificar as principais causas que levam as mulheres a estarem em situação de rua, identificar as relações com a família e amigos e identificar as relações com o trabalho.

Durante todo o processo para elaboração desse trabalho de conclusão de curso, ficou evidente a necessidade de contextualizar a gênese da questão social para a compreensão do leitor sobre a origem do fenômeno população em situação de rua que se deu a devido a um processo do capitalismo, quando na Europa no século XVIII, houve a expulsão dos camponeses de suas terras, os obrigando a migrar para a cidade e vender sua única mercadoria que lhes restara, a força de trabalho. A partir daí surge uma massa de trabalhadores excedentes, denominada superpopulação relativa ou pauperismo, materializando-se como o fenômeno população em situação de rua, sendo este fenômeno complexo e uma expressão radical da questão social.

Como o foco deste trabalho está nos desafios enfrentados pelas mulheres em situação de rua, apresentamos o conceito de gênero nos permitindo entender as concepções sociais de masculino e feminino, podemos refletir como culturalmente é ensinado as meninas desde o nascimento a terem comportamentos que são considerados femininos, fazendo essas meninas reconhecerem seu papel de inferioridade na sociedade, diferente daquele exercido pelo gênero masculino.

Abordamos a trajetória histórica das mulheres na sociedade, onde ficou representado o que é ser mulher na sociedade e suas consequências na atualidade, percebendo que a desigualdade de gênero ainda se faz presente e que apesar de grave avanços, ainda é possível encontrar traços da herança do patriarcado.

Como metodologia para esse trabalho foi utilizada o tipo de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, o instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista o que possibilitou uma maior aproximação sobre o tema estudado. Foram entrevistadas no mês de novembro de 2021, 18 (dezoito) mulheres aleatoriamente. O local onde as entrevistas foram realizadas foi o Centro de Referência especializado para População em situação (Centro POP) Vila Velha.

Os resultados alcançados através da coleta de dados durante as entrevistas realizadas no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) Vila Velha nos possibilitou compreender um pouco do cotidiano vivenciado pelas mulheres que vivem em situação de rua e estas foram fundamentais para responder as questões previamente estabelecidas.

No que diz respeito à trajetória de vida, percebe-se que os relatos vão ao encontro do que é observado na literatura, ou seja, são mulheres que já realizaram atividades laborais, que em algum momento de suas vidas tiveram vínculos afetivos interrompidos, seja por briga familiar, por perda de um ente querido, pelo uso de álcool e outras drogas, dentre outros motivos, e como consequência passaram a vivenciar a situação de rua.

Dessa forma, tendo em vista o olhar direcionado aos principais desafios enfrentados pelas mulheres em situação de rua, pode-se concluir que para as entrevistadas é um desafio dormir na rua e escapar intacta da violência, pois o fato de ser mulher as torna um alvo mais fácil. O relato das noites de frio, vento e chuva também foi muito identificado, a dificuldade em encontrar abrigo em local seco e protegido.

No que se refere as causas que levam as mulheres a estarem em situação de rua observamos que entre os principais motivos está o rompimento dos vínculos familiares/afetivos, seja por motivo de falecimento de entes queridos, por motivos de problemas conjugais, preconceito com a orientação sexual, brigas e desentendimentos, uso de drogas, desemprego entre outros.

Ao longo das entrevistas podemos constatar que ao mesmo tempo que os desentendimentos e brigas familiares são fatores determinantes para levar as mulheres a situação de rua, também são esses mesmos motivos que as fazem permanecer nas ruas, pois de acordo com as entrevistadas, nas ruas há maior liberdade do que no seu ambiente familiar.

Foi possível identificar que também existem outros motivos que levam as mulheres adentrarem a situação de rua, como vir de outra cidade em busca de emprego e quando não encontram trabalho não conseguem pagar por uma moradia o que faz essas mulheres optarem pela rua como uma alternativa de sobrevivência.

Sobre as relações com a família e amigos as mulheres relataram fazer contato por telefone ou em algumas situações pessoalmente, como em datas comemorativas ou quando aperta saudade dos filhos e da mãe.

Para as mulheres que estão em situação de rua, manter uma relação com um parceiro é sinônimo de segurança, uma vez que a maioria delas disseram que possuem um companheiro. Dessa forma podemos entender que estar em uma relação amorosa seja uma estratégia dessas mulheres se preservarem fisicamente, haja vista a vulnerabilidade a que se expõem as mulheres que fazem da rua o seu espaço privado.

Durante as entrevistas, observamos a expectativa e o desejo das mulheres de algum dia retomar o convívio familiar, assim como também observamos que a fé está bem presente nos relatos dessas mulheres. Muitas se emocionaram ao falar de suas experiências de vida, de seus familiares e da fé em Deus que possuem. Pode-se perceber ali o que talvez muita gente no dia a dia não perceba que são mulheres visíveis, possuem sonhos, medos, inseguranças, solidão, falta de pertencimento social, e que estão em situação extrema de vulnerabilidade, expostas a fome, ao frio, a doenças, a violência, e todas as violações de direitos possíveis e imagináveis.

Na relação com o trabalho foi possível identificar que as formas de obtenção de renda dessas mulheres após adentrarem em situação de rua se dá através da reciclagem, vendas de balas e doces. Algumas mulheres durante a entrevista, quando eu perguntava se possuíam algum trabalho que lhes garantiam renda para sobreviver, me surpreendeu elas não associarem a reciclagem como um trabalho, elas somente diziam cabisbaixo: eu não trabalho, eu só faço reciclagem.

A partir do momento que eu falava que reciclar é um trabalho sim, que é uma atividade importante para reduzir a quantidade de resíduos e poluição nas cidades, o semblante das mulheres mudavam e logo um sorriso tímido era disparado em minha direção.

Obervamos nos relatos que antes da situação de rua, essas mulheres trabalhavam como empregada doméstica, como costureira, em padaria, posto de gasolina, supermercado e lanchonetes. Me chamou a atenção a fala da entrevistada 2 quando relatou ser advogada e já ter trabalhado em várias atividades como: despachante aduaneira, fazendo importação e expotação e na receita federal como atendimento ao cliente, hoje ela faz reciclagem.

Ao longo do estudo podemos constatar diversos problemas que envolvem essa parcela da população, uma população tão visível e invisível ao mesmo tempo. Visível para a sociedade, que faz com que o preconceito sobre elas seja crescente, e invisível para aqueles que governam estados e municípios. Uma dificuldade encontrada ao produzir essa pesquisa envolve o número de mulheres em situação de rua que é bem reduzido se comparado ao número de homens, outra dificuldade é a literatura disponibilizada para o assunto, ainda mais no âmbito do Serviço Social.

Entretanto, espera-se que com o conteúdo dessa pesquisa ao longo deste trabalho, possa ser configurado como um instrumento para elucidação da temática proposta. Que a leitura possa estar de fato promovendo a facilitação e o despertar do interesse dos leitores, com intuito de serem dados novos passos rumo à construção de um campo prático e teórico mais amplo e preciso acerca da população em situação de rua, em especial as mulheres em situação de rua, os desafios enfrentados por elas e as causas que as levaram às ruas.

A mulher em situação de rua foge por completo do ideal de mulher historicamente construído, de ser restrita ao lar, frágil e dedicada à maternidade. No caso dessas mulheres, não há lar, não há espaço para fragilidade, pois apesar da vulnerabilidade é preciso resistir fortemente.

Como mulher e futura assistente social a experiência desta pesquisa com as mulheres em situação de rua proporcionou-me um grande crescimento pessoal, aprendi com estas mulheres que a solidariedade perpassa esses espaços, assim como a violência. Cada mulher possui em sua história de vida uma trajetória de sofrimento e dor, mas continuam em busca de melhores condições, sem desistir de seus sonhos.

REFERÊNCIAS

AMED ALI, D. M. et al. **População de rua: necessidades de saúde e organização de serviços**. São Paulo: Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, 1996.

AKOTIRENE, Carla; **Interseccionalidade** - coleção: Feminismos plurais 1ªED. (2019)

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: 2ª ed. Nova Fronteira, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BLAY, Eva. Alterman: **Trabalho Industrial X Trabalho Doméstico: A Ideologia do Trabalho Feminino**. Comunicação apresentada no Simpósio "Contribuições das Ciências Humanas para a compreensão da Situação da Mulher". Belo Horizonte, 1975. Disponível em:
<<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1810/1783>> Acesso em: 30 de set. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (CNS) – **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa** (2012). Disponível em:<http://conselho.saude.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 out. 2021.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 27 nov. 2020. BRASIL.

_____. Conhecendo o município. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Prefeitura Municipal de Vila Velha. Espírito Santo: Vila Velha, 20 de novembro de 2013. Disponível em:<<https://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/desenvolvimento-economico-conhecendo-o-municipio>> Acesso em: 25 de out de 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**. Brasília: Editora Brasil LTDA. v. 3, 2011, p. 116.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Saúde da população em situação de rua: um direito humano**. Brasília, 2014.

_____, **Política Nacional para População em Situação de Rua**. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Disponível

em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 20 out. 2021.

BURSZTYN, Marcel. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão. In: _____. **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. **As armadilhas da exclusão**. In: WANDERLEY, Mariângela; BÔGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita. Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 1997.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____, M. **Serviço Social: Uma Profissão de Mulheres para Mulheres?** Uma crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão – Pernambuco. 2004. 205f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2004. Disponível em:<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9916/1/arquivo9102_1.pdf> Acesso em: 30 de set. 2021.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, Brasília, 2010.

COELHO, Sônia Vieira. **Abordagens psicossociais da família**. In: AUN, Juliana Gontijo; VASCONCELLOS, Maria José Esteves de; COELHO, Sônia Vieira. **Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais**: fundamentos teóricos e epistemológicos. 2º edição. Belo Horizonte: Oficina de Arte e Prosa, 2006.

COELHO, Virginia Paes. **O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida**. Revista Social & Sociedade, nº 71, ano XXIII, setembro 2002.

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de rua**: contextualização e caracterização. 2005. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/993/773>> Acesso em: 06 de abr. 2021.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Brasília: Garamond, 2003.

FERREIRA, AJ. org. **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/btydh/pdf/ferreira-9788577982103.pdf>>. Acesso em: 20 de ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo. Graal, 2006.

FONTENELE-MOURÃO, Tânia Maria Fontenele. **Mulheres no topo de carreira**: Flexibilidade e persistência. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2006. 92p.

_____, Tânia Maria Fontenele; GALINKIN, Ana Lúcia. **Equipes Gerenciadas por mulheres**: representações sociais sobre gerenciamento feminino. Psicologia Reflexão e Crítica, Porto Alegre, 2008.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. **Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade**: algumas reflexões a partir do caso Acari. Revista Social & Sociedade, nº 71, ano XXIII, setembro 2002, p. 80-101.

FRIEDMANN, John. **EMPOWERMENT**: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo. Tradução de Carlos Silva Pereira. Revisão técnica de Ana I. Madeira e Rita Pimenta. Oeiras: CELTA, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIA DE ATUAÇÃO MINISTERIAL: **defesa dos direitos das pessoas em situação de rua** / Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2015.

GOFFMAN, E. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 1891. Disponível em:<https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma_nota_ssobreamanipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vila-velha/pesquisa/23/27652?detalhes=true> >. Acesso em: 01 out. 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

_____, M. V; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação teórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.

_____, M. V. **Serviço Social em tempos de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

KOSHIBA, Luiz. **História geral e do Brasil**. São Paulo: Atual, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas 2003.

LOPES, Maria Lucia. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno População em Situação de Rua no Brasil** - 1995 a 2005. Brasília, 2006.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. v.1. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NANJARÍ, Cecilia Castillo; Gênero como categoria de análise para desvendar a violência contra as mulheres: um desafio para a educação teológica. Revista Caminhando, São Paulo v. 14, n. 2, p. 141-151, jul./dez. 2009.

NASCIMENTO, Eliomar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Brasília: Garamond, 2003.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, J.P; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. v. 1. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____, J.P. (2001). Cinco Notas à Propósito da “Questão Social”. Revista Temporalis, 2(3), 41- 50.

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos.php>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

PAIVA, Irismar Karla Sarmento de. **População em situação de rua**: Desafios e perspectivas para a formação do enfermeiro – Mossoró/RN. 2015. 187f. Dissertação (Mestre) Programa De Pós-Graduação Em Saúde e Sociedade - Universidade do

Estado do Rio Grande do Norte, 2015. Disponível em: <
https://www.uern.br/controledepaginas/ppgss-defendidas-turma-2013/arquivos/2873irismar_karla_sarmento_de_paiva.pdf> Acesso em: 31 de ago. 2021.

PAOLI, Maria Célia. “**Mulheres: o lugar, a imagem, o movimento**”. In: Perspectivas antropológicas da mulher. Sobre mulher e violência, v. 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Planalto. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 30 de março 2021.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. De volta ao lar: **mulheres que abandonaram uma carreira profissional bem-sucedida com o nascimento dos filhos**. Retrocesso ou um “novo” modelo de família? In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). Casal e família: permanências e rupturas. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth e ALMEIDA, S.A. **Violência de Gênero**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

_____, Heleieth. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

_____, Heleieth. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. Coleção Polêmica.

_____, Heleieth. I. B. **O estatuto teórico da violência de gênero**. In: Violência em tempo de globalização. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____, Hebieth. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Expressão Popular, 3ª ed. 2013.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O Que Mudou na Família Brasileira?: da Colônia à Atualidade**. Psicol. USP, São Paulo, v. 13, n. 2, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365642002000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 Abr. 2021.

_____, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: 1989, São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura.

SANTANA, Anabela Maurício de. **Mulher Mantenedora/Homem Chefe de Família: Uma Questão de Gênero e Poder**. Revista Fórum Identidades. Itabaiana: GEPIADDE, ano 4, Volume 8, 2010. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1781>> Acesso em: 29 de set. 2021.

SANTOS, Daiane dos Santos. O retrato do morador de rua da cidade de Salvador-BA: Um estudo de caso. 2009. Disponível em:<<http://www.aopmba.com.br/ckfinder/userfiles/files/ORetratoDoMoradorDeRua.pdf>>Acesso em: 19 nov. 2021.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, J. A. M. **População em situação de rua**: uma análise da implementação da política nacional de assistência social no âmbito do centro Pop – Natal/RN. 2012. 80f. Monografia (Bacharel em serviço social)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: <<https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/1/310>> Acesso em: 31 de ago. 2021.

SILVA, Maria. Lúcia. Lopes. (2009). **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo, Brasil: Cortez.

_____, (2006). **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005** (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

SILVA. Marta Borba. **Assistência Social e seus usuários**: entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2014.

TIENE, I. **Mulher moradora na rua**: entre vivências e políticas sociais. Campinas: Ed. Alínea, 2004.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2.ed, São Paulo: Atlas, 2008.

_____, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração** 5.ed, São Paulo: Atlas, 2012.

VIANA, Anna Raquel de Lemos; ROSA, Maria Nilza Barbosa; LIMA, Izabel de França. Intersecções entre memória e feminismo **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 4, n. especial, p. 31-46, nov. 2019. Disponível em <https://doi.org/10.32810/2525-3468.ip.v4iEspecial.2019.42602.31-46> Acesso em: 14 out. 2021.

WAGNER, Adriana; PREDEBON, Juliana; MOSMANN, Clarisse; VERZA, Fabiana. **Compartilhar Tarefas?** Papéis e Funções de Pai e Mãe na Família Contemporânea. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Mai-Ago 2005, Vol. 21 n. 2, p. 181-186. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010237722005000200008&lang=pt. Acessado em: 31 de mar. 2021.



APÊNDICE A – Roteiro para a Coleta de Dados

Nome:

Idade:

Cor:

Grau de escolaridade:

1. O que te trouxe para as ruas?
2. O que te faz permanecer nas ruas?
3. Há quanto tempo está em situação de rua?
4. Qual é o maior desafio em estar nas ruas?
5. Tem algum trabalho que te garante renda para sobreviver? Já teve algum emprego antes?
6. Com quem você vive atualmente?
7. Tem contato com familiares e amigos fora da rua?
8. Tem alguma expectativa de retomar o convívio familiar?



APÊNDICE B – Termo de Responsabilidade de Utilização de Dados

Eu, Regimilia Rauta Passos, tenho conhecimento e cumprirei os requisitos da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas complementares. Como responsável pela pesquisa Os Desafios Enfrentados Pelas Mulheres em Situação de Rua, comprometo-me a manter a privacidade e confidencialidade dos dados utilizados nos documentos base desta pesquisa. Estamos cientes de que os dados obtidos somente poderão ser utilizados para o projeto para o qual se veiculam.



APÊNDICE C – Declaração da Instituição Co-Participante

Declaro ter conhecimento do Projeto de Pesquisa, intitulado, Os Desafios Enfrentados Pelas Mulheres em Situação de Rua, a ser desenvolvido pela pesquisadora responsável, a Prof^a Alaísa de Oliveira Siqueira e pela estudante Regimilia Rauta Passos. De ter ciência da aprovação do parecer ético emitido pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Instituição Proponente: Centro Universitário Salesiano, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa no que tange a autorização para que a estudante possa fazer uso dos dados, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar do(s) sujeito(s) de pesquisa nela indicado, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Vitória (ES), _____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo do responsável pela instituição



APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TÍTULO DA PESQUISA: Os Desafios Enfrentados Pelas Mulheres em Situação de Rua.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Alaísa de Oliveira Siqueira.

CONTATO: (27) 9 9723 6050

OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA:

A pesquisa tem como objetivo geral: Identificar os desafios enfrentados pelas mulheres em situação de rua.

Seus objetivos específicos são:

- Identificar as principais causas que levam as mulheres a estarem em situação de rua;
- Identificar as relações com a família e amigos;
- Identificar as relações com o trabalho;

Tal pesquisa se justifica pelo fato de produzir novos conhecimentos acerca do fenômeno população em situação de rua, de modo a analisar as evidências que abrangem essa população na sociedade e desconstruir o discurso moralista, culpabilizante de que essas pessoas são responsabilizadas pelo fato de estarem em situação de rua e desconstruindo também o estigma histórico pertinente à figura da mulher.

A Pesquisa será exploratória com abordagem qualitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados o questionário a ser aplicada junto a um profissional assistente social da Centro Pop de Vila Velha. Será feita transcrição dos dados coletados para posterior análise, a partir da fundamentação teórica sobre o objeto de estudo.

DESCONFORTO E POSSÍVEIS RISCOS ASSOCIADOS À PESQUISA: O risco possível é gerar constrangimento, ao entrevistado, a partir de alguma pergunta contida no questionário, porém, caso isso ocorra o mesmo pode não responder às perguntas que julgar constrangedoras.

BENEFÍCIOS DA PESQUISA: Possibilitar novos conhecimentos acerca do fenômeno população em situação de rua, contribuindo com uma teoria direcionada a essa temática no contexto acadêmico, sobretudo para o Serviço Social

MÉTODOS ALTERNATIVOS EXISTENTES: Não existem métodos alternativos de pesquisa.

ANÁLISE ÉTICA DO PROJETO: O presente projeto de pesquisa foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Salesiano, cujo endereço é Avenida Vitória nº 950. Bairro Forte São João. Vitória (ES). CEP.: 29.017-950. Telefone (27) 3331-8500.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: quando necessário, o voluntário receberá toda a assistência médica e/ou social aos agravos decorrentes das atividades da pesquisa. Basta procurar a pesquisadora responsável: Alaísa de Oliveira Siqueira, telefone de contato (27) 9 9723 6050, no Centro Universitário Salesiano, cujo endereço é Avenida Vitória nº 950. Bairro Forte São João. Vitória (ES). CEP.: 29.017-950. Telefone (27) 3331-8500, bem como através do e-mail: asiqueira@souunisales.com.br.

ESCLARECIMENTOS E DIREITOS: em qualquer momento o voluntário poderá obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados na pesquisa e nas formas de divulgação dos resultados. Tem também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo do atendimento usual fornecido pelos pesquisadores.

CONFIDENCIALIDADE E AVALIAÇÃO DOS REGISTROS: as identidades dos voluntários serão mantidas em total sigilo por tempo indeterminado, tanto pelo executor como pela instituição onde será realizada a pesquisa e pelo patrocinador

(quando for o caso). Os resultados dos procedimentos executados na pesquisa serão analisados e alocados em tabelas, figuras ou gráficos e divulgados em palestras, conferências, periódico científico ou outra forma de divulgação que propicie o repasse dos conhecimentos para a sociedade e para autoridades normativas em saúde nacionais ou internacionais, de acordo com as normas/leis legais regulatórias de proteção nacional ou internacional.

RESSARCIMENTO DE DESPESAS E INDENIZAÇÕES: Não haverá custos para o entrevistado.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMAÇÃO DO PARTICIPANTE VOLUNTÁRIO: Eu, _____, portador da Carteira de identidade nº _____, expedida pelo órgão _____, por me considerar devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida, livremente expresse meu consentimento para inclusão, como sujeito da pesquisa. Afirmo também que recebi via de igual teor e forma desse documento por mim assinado.

DATA: _____/_____/_____

Assinatura do Participante Voluntário

Aláisa de Oliveira Siqueira

Pesquisador Responsável / Assinatura do Pesquisador Responsável